

LUCIANA PIVA

TRABALHO E SOFRIMENTO PSÍQUICO:  
Um estudo de caso com Policiais Militares

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, nível Mestrado, Área de Concentração Psicologia e Sociedade, Linha Subjetividade e Saúde Coletiva, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Assis/SP.

Orientador: Dr. Francisco Hashimoto.

Assis - SP

2005

*Aos Policiais Militares, em especial,*

*Ao meu pai e ao meu irmão.*

## **Agradecimentos**

O que escrever em agradecimento às pessoas que compartilharam desta trajetória difícil, visto que não existe trabalho sem esforço nos domínios da pesquisa científica?

Este trabalho foi construído aos poucos e agora é apresentado, expondo os resultados de uma primeira investigação, e isso não seria possível sem a participação preciosa das seguintes pessoas:

O Dr. Francisco Hashimoto, que apoiou o projeto de pesquisa e foi mais que um orientador, ensinando-me um pouco mais sobre amizade e lealdade.

O professor José Luis Guimarães e a professora Ivone Tambelli, que participaram do Exame de Qualificação enriquecendo este trabalho com valiosas sugestões.

A professora Thissiane Fioreto, que auxiliou-me com a Língua Portuguesa na redação deste trabalho.

A professora Wilka Coronado, que durante a graduação fez despertar em mim o interesse pelos estudos relacionados à saúde do trabalhador e a professora Soraia Georgina Ferreira de Paiva Cruz pelo constante incentivo.

O Tenente Coronel Paulo Roberto Xavier, que autorizou a realização da pesquisa junto ao Centro de Apoio Social e Jurídico da Polícia Militar e a equipe daquele departamento, sempre muito solícita e atenciosa.

Os Policiais Militares que compreenderam o objetivo desta pesquisa e forneceram importantes informações à respeito do ofício de polícia através dos relatos de suas histórias de vida.

O Delegado de Polícia Dr. Rubens Orsi de Campos Filho e toda a equipe do 4º Distrito Policial de Assis/SP, que muito contribuíram para a finalização deste trabalho.

O Psicólogo José Antonio S. Castro, que esteve presente em momentos importantes deste percurso.

Toda a minha família, amigos e companheiro de caminhadas, pela torcida e apoio.

PIVA, Luciana. **Trabalho e Sofrimento Psíquico: um estudo de caso com Policiais Militares**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – Unesp, 2005, 126 p.

### **Resumo**

O objetivo desta pesquisa consiste em investigar o sofrimento psíquico decorrente da situação de trabalho dos Policiais Militares, tendo em vista a especificidade da sua função. Levou-se em consideração os relatos dos policiais e os aspectos subjetivos suscitados pela situação de trabalho. Considerou-se, ainda, os aspectos históricos e organizacionais que permeiam a instituição militar e que afetam o sujeito nas suas relações intersubjetivas. A pesquisa fundamentou-se no referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho, enfatizando teóricos como Freud, Dejours, Birman e Pellegrino. Em termos metodológicos, os dados coletados por meio de entrevistas semidirigidas, com os policiais que participaram do Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar junto ao Centro de Assistência Social e Jurídica da Polícia Militar – CASJ, na cidade de São Paulo. Os resultados apontaram a presença do sofrimento patológico devido à falta de reconhecimento, bem como o desenvolvimento de mecanismos defensivos, entre eles, a repressão pulsional.

Palavras-chave: Psicanálise, trabalho – aspectos psicológicos, sofrimento e Polícia Militar.

PIVA, Luciana. **Work and Psychic suffering: a case study with military policemen.** Dissertation of Master's degree. University of Sciences and Letters of Assis – Unesp, 2005, 126 p.

### **Abstract**

The objective of this research consists of investigating the psychic suffering due to the situation of work of the Military Policemen considering in view the specialty of their function. It was taken into consideration the policemen's reports and the subjective aspects raised by the work situation. It was also considered the historical and organizational aspects that permeate the military institution and that affect the subject in his intersubjective relationships. The research was based in the theoretical reference of the Work Psychodynamic emphasizing authors like Freud, Dejours, Birman and Pellegrino. Methodologically the data collected the Program of Accompaniment and Support to the Military Policeman at the Center of Social and Juridical Attendance of de Military Police – CASJ in the city of São Paulo. The results pointedtie the presence of the pathogenic suffering due to the lock of recognition as well as the development of defensive mechanisms among them the repression pulsational.

Keywords: Psychoanalysis, work – psychological aspects, suffering, military police.

*Maria, Maria é um dom, uma certa magia  
Uma força que nos alerta  
Uma mulher que merece viver e amar  
Como outra qualquer do planeta  
Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri quando deve chorar  
E não vive, apenas agüenta  
Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria mistura a dor e a alegria  
Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania de ter fé na vida.  
Milton Nascimento*

## Sumário

	P.
Introdução.....	09
Capítulo 1 – Histórico sobre a origem da Polícia Militar.....	12
Capítulo 2 – Sobre a Polícia Militar.....	30
2.1 – Estrutura e organização.....	31
2.2 – Efetivo e hierarquia.....	37
2.3 – Regulamento disciplinar.....	39
2.4 – Atuação profissional.....	41
Capítulo 3 – Considerações Teóricas.....	46
Capítulo 4 – A pesquisa.....	60
4.1 – O Centro de Assistência Social e Jurídica (CASJ).....	62
4.2 – O Programa de Acompanhamento e Apoio.....	63
4.3 – Objetivo Geral.....	64
4.4 – Objetivos Específicos.....	64
4.5 – Sujeito e material de estudo.....	65
4.6 – Procedimento de análise dos dados.....	68
Capítulo 5 – Análise dos dados.....	69
Síntese conclusiva.....	100
Bibliografia.....	108
Anexo: Entrevistas.....	111



## Introdução

A pesquisa aqui apresentada teve como ponto de partida a inquietação à respeito do ofício de polícia e daqueles que se unem em torno de um trabalho, de um ideal e juntos enfrentam uma dura rotina. Alguns estão no meio do caminho, outros estão apenas começando e muitos não chegam a se aposentar, mas todos trabalham em meio a um turbilhão de problemas e dificuldades.

A história da Polícia Militar vai se fazendo aos poucos e apresenta suas raízes no mundo moderno e no sistema capitalista, mas ainda conserva modos de funcionamento arcaicos determinados pela burocracia, hierarquia e disciplina que evocam a tradição brasileira agrária e escravista. A instituição que participa do sistema repressivo do Estado atua de forma coercitiva sobre o policial, que resiste e busca na instituição uma saída para a sua dor mais profunda.

Desde o início, pretendíamos enfatizar o sofrimento destes trabalhadores, tendo em vista as peculiaridades de sua função e da instituição, a qual pertencem, sendo esta marcada por intrincadas relações de poder e burocracia.

Em face aos nossos objetivos, optamos pelo referencial teórico-metodológico da Psicodinâmica do Trabalho e consideramos que este referencial tende a enriquecer o conhecimento sobre o assunto, elucidando às articulações entre o trabalho e o sofrimento e destacando os mecanismos defensivos utilizados pelos trabalhadores.

No primeiro capítulo, resgatamos a história da Polícia Militar com o intuito de compreender o papel da força repressiva no Estado e as suas transformações ocorridas, impostas no decorrer do processo histórico até o momento atual, em

que a instituição apresenta uma configuração legitimada pelos policiais através da sua reprodução cotidiana.

No segundo capítulo, o leitor encontrará informações sobre o sistema de engrenagens que constitui a Polícia Militar, visto que apresentamos a sua estrutura e organização, e discorreremos a respeito de aspectos como efetivo, hierarquia, regulamento disciplinar e atuação dos policiais. Tendo em vista, a complexidade burocrática da instituição, elaboramos um organograma a fim de oferecer ao leitor um guia para facilitar sua leitura e, conseqüentemente, seu entendimento.

Na seqüência, ou seja, no terceiro capítulo, quando apresentamos as Considerações Teóricas, reportamo-nos aos trabalhos de Freud (1913-1914, 1920-1922, 1927-1931), Birman (1996, 1997, 1999, 2001) e Pellegrino (1987) para o conhecimento e aprofundamento de alguns conceitos psicanalíticos importantes à compreensão do nosso objeto de estudo e, ainda, apresentamos as considerações teóricas sobre a Psicodinâmica do Trabalho, a partir dos textos de Dejours (1986, 1987, 1993, 1994, 1996, 2000).

O quarto capítulo expõe o delineamento da pesquisa, além de apresentar o sujeito, material de estudo, o procedimento para análise dos dados e o caminho percorrido durante a realização do referido estudo. Também realizamos uma breve descrição do Centro de Assistência Social e Jurídica (CASJ) e do Programa de Acompanhamento e Apoio aos Policiais Militares, onde o trabalho foi efetivamente realizado.

A análise dos dados coletados foi efetuada no quinto capítulo e retomamos os resultados na síntese conclusiva.

Esperamos que esta pesquisa contribua para as reflexões sobre a saúde do trabalhador e que os policiais encontrem aqui a expressão das suas vivências subjetivas decorrentes do seu trabalho.

## **Capítulo 1**

### **Histórico sobre da origem da Polícia Militar**

Este primeiro capítulo tem por objetivo resgatar brevemente o contexto histórico e os fatores contribuíram para a criação da Polícia Militar no Estado de São Paulo.

Tendo em vista que a Polícia Militar, tal como é concebida hoje, é uma produção do mundo moderno e resultado do sistema capitalista, faz-se necessário um resgate histórico para contextualizar o surgimento desta instituição.

No século XV (1401) a Europa atravessava uma fase de profundas transformações econômicas, sociais e políticas que ocasionaram a desagregação das velhas instituições da Idade Média, dando início a Idade Moderna.

Um dos acontecimentos importantes foi o fim do domínio árabe sobre o Mar Mediterrâneo e, conseqüentemente, o reinício da navegação comercial européia, interrompida no século XII. Este fato modificou a estrutura social européia, de forma que a burguesia comercial passou a deter o poder econômico, em detrimento da nobreza feudal, que perdeu também a sua influência política. Assim, os reis se aliaram à burguesia levando a formação do Estado Nacional Moderno, ou seja, a criação deste Estado foi o produto do processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

Quatro movimentos históricos marcaram o início da Modernidade. Foram eles: o Renascimento no plano cultural, a Reforma Protestante na esfera religiosa, o Absolutismo no campo político e o Capitalismo no âmbito econômico. Houve entre estes movimentos uma forte ligação por serem contemporâneos entre si.

Neste contexto, surgiram pensadores e teorias importantes, que possibilitaram a compreensão dos fenômenos históricos que marcaram essa época, incluindo o aparecimento da polícia e das questões relacionadas à segurança pública. Dentre esses intelectuais, destacam-se:

1) Nicolau Maquiavel (1469-1527): Defendia a supremacia do rei para unificar a Itália dividida em diversas repúblicas rivais. Para ele o rei, visando a manutenção do poder e da ordem, estaria acima das considerações morais e a segurança seria objeto de políticas públicas, privilegiando a segurança patrimonial em detrimento da proteção da vida do povo.

2) Thomas Hobbes (1588-1679): O Estado exerce o poder absoluto pela cessão dos direitos do cidadão via contrato. Numa sociedade sem leis todos disputariam vorazmente o poder visando seus interesses particulares. Mas, valendo-se da razão, os homens se organizariam numa sociedade civil através do “contrato social”, renunciando aos seus direitos em proveito do soberano. Desta forma, a segurança deveria ser feita por meio da coerção absoluta, já que a causa maior da insegurança estaria na própria natureza do homem.

3) John Locke (1632-1704): Seus pensamentos vão contra a argumentação absolutista de Hobbes, para quem o governo deveria deter todos os poderes e direito com a finalidade de manter o bem-estar comum. Considerava que os homens tinham direitos iguais e inalienáveis, entre os quais a liberdade, a vida e a propriedade; cabendo ao governo proteger esses direitos através do consentimento do povo.

Locke é um representante do liberalismo moderno. Com ele surgiu a noção de segurança, tal como a concebemos hoje, isto é, através de políticas públicas o

Estado deve garantir os meios necessários para que os indivíduos possam viver em sociedade, preservando a vida, a liberdade e a propriedade.

A filosofia de Locke triunfou muitos anos antes da Revolução Francesa, pois a Inglaterra do século XVIII já havia alcançado a evolução liberal através da elaboração de uma estrutura de governo baseada na Primeira Revolução Industrial, conseqüência do desenvolvimento do comércio e da conquista de um imenso império colonial.

Em contrapartida, a França do século XVIII apresentava uma estrutura social aristocrática e sofria a forte oposição da burguesia, que liderava as finanças, o comércio e a indústria. Neste momento histórico, a burguesia aliou-se às massas populares exploradas e submetidas aos rigores das tributações cobradas pelo Estado e pelo Clero. Desta união surgiram os grandes movimentos que levaram à Revolução Francesa de 1789.

Entre inúmeros acontecimentos e disputas de poder, a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” proclamou a liberdade e a igualdade, destruindo o Absolutismo.

Vale dizer que esta Declaração estava alicerçada nos princípios da ideologia iluminista, que considerava como direitos naturais do homem a liberdade, a igualdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Neste contexto, o Estado constituiu um instrumento de preservação dos direitos da nação e a lei passou a ser a expressão da vontade geral. Apesar da ideologia iluminista que permeava todos estes acontecimentos, a Revolução Francesa trouxe consigo algumas contradições: a escravatura foi abolida em 1791, os protestantes judeus foram reconhecidos tardiamente, os operários não

tinham direitos de associações e os direitos políticos foram reservados a uma minoria burguesa.

Desta forma, o povo estava eliminado da vida política, contrariando os princípios iluministas, que visavam uma sociedade ideal baseada num contrato entre homens e seus governantes, os quais deveriam assegurar a felicidade, a liberdade, as vantagens sociais e a igualdade.

Contraditoriamente, a **Força Pública** foi criada na França com o intuito de garantir os direitos previstos na Declaração e já carregava toda a ambigüidade desta tarefa, pois tinha como objetivo implícito a proteção da propriedade privada e o controle das classes que continuavam oprimidas. Já que a não-realização do sonho moderno negava o acesso às promessas e projetava a massa para a exclusão social, a qual poderia utilizar a violência enquanto forma de reivindicação do sonho perdido. No ano de 1801, Portugal cria a **Guarda Real de Polícia** a exemplo da polícia francesa.

Nesta época, o Brasil já havia sido descoberto em plena efervescência das transformações econômicas, sociais e políticas da Europa, decorrentes do nascimento do Mundo Moderno, no século XV.

Na primeira parte do século XVI, Portugal liderava o comércio ultramarino europeu e se transformou num país rico. Contudo, suas riquezas escoavam para o exterior, pois importava-se quase tudo o que se consumia no país. Além disso, uma parte dos lucros era consumida pela própria atividade ultramarina e a outra desperdiçada com o luxo da nobreza e do clero.

No final do século XVI, Portugal já estava em decadência e isso influenciou a colonização do Brasil, uma vez que a estrutura sócio-econômico-administrativa

implantada no Brasil foi mantida por três séculos e visava apenas atender às necessidades da Metrópole, caracterizando o período Colonial.

No ano de 1808, a Família Real chega ao Brasil e traz para a Colônia a estrutura legislativa que vigorava na Metrópole.

A estrutura social brasileira estava organizada em aristocracia (nobreza), latifundiários (colonizadores, proprietários de terras e escravos), camada intermediária de pouca expressão sócio-econômica (funcionários, padres, rendeiros, pequenos proprietários e oficiais militares) e na base da estrutura social estavam os escravos (negros e indígenas).

Convém assinalar que os portugueses criaram no Brasil a **Guarda Real de Polícia** uma réplica da que existia em Lisboa. Sua função era assegurar as condições políticas para a reprodução das relações sociais, tendo em vista, o predomínio da burguesia agrária. Essa Guarda era formada por homens truculentos, que agiam sobre escravos e pessoas comuns, aplicando-lhes castigos corporais e penas de detenção sem parâmetros.

Conforme Fernandes (1973), a Guarda Real estava subordinada a um Intendente Geral de Polícia e estava organizada em três categorias:

1) Tropa de Linha: Era a base do poder metropolitano. A oficialidade era composta por portugueses e o efetivo de praças era formado pelos nativos, os quais não detinham os meios de produção e passavam a integrar a Guarda de forma voluntária e, ao mesmo tempo, por falta de opção por não terem outra ocupação.

2) Tropa de Milícia: Os oficiais eram escolhidos entre os proprietários de terras e os efetivos eram selecionados entre a população colonial.



Tratava-se de um serviço obrigatório e não remunerado; as pessoas continuavam com suas ocupações anteriores.

3) **Corpos de Ordenança:** Compostos pelas pessoas que não haviam sido engajadas nas duas categorias acima descritas. Apresentavam uma característica mais civil e relacionada à administração geral da Colônia, sofrendo forte influência dos proprietários rurais.

Ainda no ano de 1808, o efetivo era dividido em duas categorias:

1) Os soldados licenciados que só serviam durante três meses ao longo do ano, e formavam uma categoria composta pelos proprietários, comerciantes e agricultores.

2) Os soldados permanentes que representavam a população desapropriada. Quando convocados ao serviço militar eles precisavam abandonar suas atividades de sobrevivência e, por este motivo, muitos homens fugiam. Não havia determinação fixa de tempo de serviço, não eram regularmente armados, não possuíam fardas e o salário era o mínimo para a sua sobrevivência. Além disso, estes homens estavam sujeitos à uma disciplina militar rigorosa e com punições severas:

Acrescente-se ainda que o permanente ficava sujeito à disciplina militar, cujas punições, em caso de infração dos rígidos regulamentos, são até hoje lembradas pelos especialistas por seu rigor verdadeiramente medieval. (FERNANDES, 1973, p. 38).

Esta formação militar composta pelos nativos ameaçava o poder da metrópole e no ano de 1821, a ameaça foi efetivada com uma reivindicação por melhores salários. Houve rebelião com libertação de presos, lojas saqueadas, pessoas ricas obrigadas à contribuição, etc. Contudo, o levante foi reprimido e a

maioria dos soldados foi condenada à morte por uma comissão militar composta apenas por oficiais portugueses.

Enfim, os soldados recrutados à força e submetidos a condições degradantes não se identificavam em nada com as diretrizes da Guarda Real, pois, pertenciam a uma classe social que sucumbia às políticas sociais e econômicas da Colônia.

No ano de 1822, inaugura-se oficialmente o Estado Brasileiro, sob o regime monárquico-parlamentar, após um longo processo de luta pela libertação econômica e política. A revolução industrial, a revolução francesa e as guerras napoleônicas influenciaram o processo de independência, que se encerrou de fato no ano de 1831, quando finalmente D. Pedro I abdicou do trono e retornou para a Europa. Afirma-se isso uma vez que durante o Primeiro Reinado (1822-1831) a independência era precária e corria-se o risco de voltar a posição de Colônia.

Em 1824 foi promulgada a primeira Constituição, inspirada nas idéias liberais européias do século XVIII. O problema é que as idéias importadas da Europa não encontravam sustentação necessária na dinâmica social e política brasileira. Por exemplo: não fazia sentido pregar liberdade e a igualdade num país cuja força de trabalho era escravizada.

A crise econômica que antecedia a Independência se agravou e D. Pedro I apelou para empréstimos externos e para a emissão de papel moeda, o que não solucionou a crise. Depois, envolveu-se numa guerra contra a Argentina pela posse de Cisplatina. Nesta época, os cidadãos eram seqüestrados para formar o efetivo militar.

No ano de 1831, D. Pedro I, motivado por acontecimentos políticos em Portugal, abdica do trono em favor do filho D. Pedro II, com apenas cinco anos de idade, então, inicia-se o Período Regencial (1831-1840) e a aristocracia rural passa a controlar diretamente o poder político.

Inúmeras lutas aconteceram entre os grupos sócio-econômicos que tentavam impor sua orientação política. Contudo, a aristocracia rural não foi derrotada, passou a dominar a economia, o Estado, e subordinou os militares aos seus interesses apoiando-se num liberalismo de fachada. Neste contexto, surgiu a necessidade de reorganização das forças policiais e militares:

A consolidação da hegemonia da classe proprietária leva à depuração de todas as forças sociais que pudessem dinamizar um processo de negação da própria estrutura social, que se efetiva pela criação e/ou reorganização das várias forças repressivas. (FERNANDES, 1973, p.68).

Desta forma, a Guarda Real de Polícia foi extinta e criada a **Guarda Nacional**, organizada em todo o país e subordinada ao Ministério Civil da Justiça, ou seja, ao poder civil. Foi criada, ainda, a **Guarda Municipal Permanente** (1831), uma força militarizada que servia aos interesses de dominação da aristocracia rural, coibindo os movimentos sociais. A Guarda Municipal Permanente, subordinada ao Presidente da Província, representou a força originária da atual Polícia Militar e era constituída por voluntários com a função de manutenção da ordem e auxiliar a Justiça:

Ressalte-se como característica distintiva destas Guardas sua organização híbrida: a estrutura militar com funções policiais ligadas à manutenção da ordem interna, ou seja, diretamente relacionada à preservação das condições sociais de produção. Organização contraditória que se chocará sempre, de um lado, com a instituição essencialmente militar, o Exército; de outro, com

a instituição tradicionalmente policial, a Polícia Civil. (FERNANDES, 1973, p.71).

Tanto a Guarda Nacional como a Guarda Municipal Permanente, juntamente com a vigência do Código Criminal do Império (1830), propiciaram transformações no sistema jurídico, culminando com a promulgação do Código de Processo Criminal do Império (1832) e um ordenamento jurídico análogo aos dos países europeus.

No Código de Processo Criminal foi extinto o cargo de Intendência Geral de Polícia e criado o Cargo de Chefe de Polícia. O primeiro a ocupar este cargo foi Eusébio de Queiroz, no ano de 1833. Ele instituiu uma estrutura burocrática da polícia judiciária, dando origem a um órgão policial desmilitarizado, que mais tarde foi denominado Polícia Civil, tal como é conhecida hoje.

Ainda no ano de 1833 foi criada a Secretaria de Polícia, que era constituída pela Guarda Nacional, pela Guarda Municipal Permanente e pelas Instâncias Judiciais, já começavam a se delinear, assim, a forma embrionária da Segurança Pública.

Em 1840, iniciou-se o reinado de D.Pedro II, caracterizado como um golpe político dos liberais. O Segundo Reinado durou até a Proclamação da República em 1889.

No ano de 1841, foi realizada a reforma do Código do Processo Criminal, tornando mais duras as penas contra a subversão política, dobraram a renda para ser eleitor, tornaram mais rígido o controle do governo sobre a organização policial do país e a Câmara dos Deputados foi dissolvida. Estas medidas repressivas

foram mantidas mesmo quando liberais e conservadores se alternaram no poder através de disputas, rebeliões e conchavos.

O Segundo Reinado foi um período de transformações econômico-sociais marcado pelo declínio da economia açucareira, desenvolvimento da cafeicultura e ascensão da exportação, surgimento de ferrovias, bancos e indústrias, crescimento do comércio, aumento do trabalho livre devido à abolição dos escravos e início da imigração. Contudo, a estrutura social permanecia estagnada.

Em meio a este ambiente político-social foram surgindo os movimentos abolicionistas, republicanos e, concomitantemente, surgiu a necessidade da criação de novas forças repressivas.

Havia, ainda, o problema de formação do efetivo militar, pois de forma voluntária dificilmente alguém se submeteria ao rigor disciplinar, ao excesso de trabalho, aos baixos salários à falta de conforto dos quartéis e às punições corporais. Entretanto, a obrigatoriedade do serviço militar aumentava o potencial de indisciplina dos soldados e as chances de rebelião. O efetivo da Guarda Municipal Permanente causava muitos problemas, por exemplo, embriaguez, atos de rebeldia e outros vícios e crimes. O povo passou, deste modo, a encarar os homens do efetivo como pessoas perigosas pelos constantes tumultos que estes causavam. Em razão disso, o efetivo era submetido a uma dominação rigidamente autoritária e a pena de morte foi empregada como punição até o ano de 1851.

No ano de 1850, foi criada a **Companhia de Pedestres**, com o intuito de auxiliar a Guarda Municipal Permanente, a qual, no ano de 1866, passou a se chamar **Corpo Policial Permanente**.

No ano de 1868 foi criada a **Guarda Municipal**, que tinha como objetivo prender e capturar escravos. Era constituída por pessoas que se alistavam voluntariamente, mas estes homens recebiam baixos salários e não tinham dinheiro para a aquisição de fardas e armas, então, pouco se interessavam pelo alistamento. Persistiam, assim, os problemas de indisciplina e baixa instrução técnica.

Em 1871 foi feita a segunda reforma do Código de Processo Criminal, definindo as atribuições policiais e judiciais e originou sistema atual constituído pela autoridade policial, ministério público e juízes.

No ano de 1888, a Guarda Municipal é unida ao Corpo Policial Permanente. Em contrapartida, foi criada a **Guarda Urbana**.

A Guarda Urbana tinha como funções executar o serviço policial e fazer a extinção de incêndios e para aderir a Guarda era exigido que os homens fossem alfabetizados e tivessem bons antecedentes morais e robustez. Contudo, a disciplina continuava a ser uma preocupação relacionada ao efetivo militar do Corpo Policial Permanente e da Guarda Urbana, pois, as condições precárias de trabalho, os baixos salários, a impossibilidade de ascensão social e a falta de reconhecimento, dificultavam a coesão grupal e a identificação com a ideologia repressiva.

Nesta época, a monarquia brasileira já estava enfraquecida; o seu sistema burocrático-administrativo não havia se atualizado ao dinamismo do mercado internacional e, desta forma, não satisfazia aos interesses dos cafeicultores voltados para a exportação. Então, os barões do café e a camada média da população aderiram ao movimento republicano iniciado em meados de 1870 pela

facção mais radical do Partido Liberal. O Império só contava com o apoio dos fazendeiros escravocratas, que depois da abolição da escravatura, tinham-se desinteressado pelo destino do Império.

Em meio a esta turbulência foi proclamada a República, cujo governo representava os interesses da oligarquia rural e a classe média pequeno-burguesa. Assim, surge a necessidade de uma nova reestruturação das instituições militares.

No ano de 1891 foi promulgada a nova Constituição, baseada no modelo norte-americano, que estabeleceu os três poderes: executivo, legislativo e judiciário.

A força militar permaneceu nesta transição política, apenas com alteração na sua denominação: O Corpo Policial Permanente recebeu o nome de **Força Militar de Polícia do Estado** e a Guarda Urbana passou a se chamar **Força Policial Urbana**.

No ano de 1892 há uma nova alteração e a Força Militar de Polícia do Estado foi nomeada **Força Policial** e, no ano de 1897, recebeu o nome de **Brigada Policial**.

Finalmente, em 1901, as forças foram reunidas e receberam o nome de **Força Pública**, que tinha como função: patrulhamento das ruas, prender quem fosse encontrado praticando um delito, prestar socorro à população, acudir incêndios, serviço de trânsito, escolta de presos e participação em qualquer perturbação da ordem.

Neste período em virtude de mudanças no regime político são criadas e extintas diversas forças repressivas, as quais recebem diferentes denominações:

Neste período, a única força que não chegou a ser extinta foi a dos antigos Permanentes, atual Polícia Militar. Este dado é significativo, pois indica que, enquanto as forças do interior e da Capital surgem e desaparecem segundo as necessidades do momento, exatamente a força mais militarizada, a dos Permanentes, já se definira e se enraizara, como instituição necessária ao aparelho repressivo estadual. (FERNANDES, 1973, p.150)

Foi neste momento histórico que aconteceu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, marcado pela agricultura e pela industrialização, favorecendo a classe burguesa e aumentando o proletariado – classe marginalizada. Surgiram os movimentos sociais baseados em idéias anarquistas, socialistas e sindicalistas, os quais sofreram a influência cultural da mão-de-obra européia que era mais politizada.

Novamente o Estado sentiu necessidade de reorganizar as forças repressivas; entretanto, foram mudanças que ocorreram em outro nível visando um aperfeiçoamento da força repressiva já existente, através da contratação da Missão Francesa para instruir a Força Pública durante os anos de 1906 à 1914 e este fato gerou muita polêmica:

A primeira, critica a militarização excessiva de um Estado em termos da ameaça de um “imperialismo” estadual. A segunda, enfatiza o caráter civilista que deve manter qualquer polícia contra a militarização, que deve ser reservada apenas ao Exército. (FERNANDES, 1973, p.157)

Conseqüentemente, a Missão Francesa representou um marco na história da Força Pública contribuindo para o aperfeiçoamento das suas funções repressivas. A Força Pública tomou parte de momentos críticos da história nacional, entre eles a participação contra a Coluna Prestes e repressão ostensiva aos movimentos trabalhistas.



Também foram tomadas outras medidas em relação à Força Pública que tiveram peso qualitativo, por exemplo: ampliação do efetivo, aquisição de armamentos, aumento do salário, garantias econômico-sociais, estabelecimento de normas para o processo seletivo, promoção, férias e aperfeiçoamento profissional.

No ano de 1896 foram estabelecidas, através de decreto, as transgressões à disciplina e as respectivas punições, que não chegaram aos extremos do período colonial, mas não deixaram de ser severas:

Assim, a prisão ou detenção das praças, excetuando-se os inferiores, também poderia vir acompanhada, dependendo da gravidade da transgressão, de penas acessórias como: correr em acelerado; carga de armas; carga de equipamento em ordem de marcha; faxina; repetição da instrução prática na escola de recruta; diminuição da ração diária; privação do fumo; isolamento em célula especial; multa em metade dos vencimentos (extensiva também aos inferiores). Além de punições físicas, as penalidades atingem também o nível econômico e, inclusive, procuram atingir o respeito do grupo pelo infrator (caso da faxina e repetição da instrução). (FERNANDES, 1973, p.190)

Em 1926 uma parte do efetivo da Força Pública passa a constituir a **Guarda Civil**, que não tinha um caráter militar e o seu objetivo era realizar atividades policiais na capital, sob o comando do Chefe de Polícia.

A Força Pública, no ano de 1930, já contava com um arsenal aperfeiçoado e a sua base ideológica estava mais consolidada. Esta configuração do aparato repressor do Estado foi se delineando concomitantemente às transformações ocorridas nos planos político e econômico do país.

A economia brasileira, que tinha por base a política de valorização do café, sofreu uma recessão devido à crise do capitalismo no ano de 1929. Este fato desestabilizou o poder político e culminou com a Revolução de 1930, quando

Washington Luiz foi deposto pelos militares e Getúlio Vargas assumiu o governo com intenções ditatoriais.

Apesar das forças contrárias, caracterizadas pelo movimento constitucionalista de 1932, que era formado pela oligarquia do café e pela burguesia, a Constituição foi promulgada em 1934.

O operariado obteve, nesta época, algumas vantagens trabalhistas e isso representou uma medida estratégica de controle das massas que por esta razão não participou da Revolução de 1932. Foi neste contexto, que o governo criou o Ministério do Trabalho com o intuito de vincular o trabalhador ao Estado através de legislação própria.

Não é preciso dizer que a Força Pública foi utilizada como instrumento dessa nova ordenação política, servindo aos interesses do Estado, tal como sempre serviu, conforme revela a história.

O período do governo Vargas estendeu-se como ditadura de 1930 a 1945, uma vez que, em 1937, quando surgem as discussões sobre a sucessão presidencial, com o apoio das Forças Armadas, Getúlio deu o golpe de Estado com o pretexto de impedir que grupos radicais de esquerda ou de direita tomassem conta do país. O ditador criou o Estado Novo e outorgou uma Carta Constitucional.

As dissensões não eram toleradas e foram reprimidas com mecanismos de perseguições, violência e terror; a sociedade civil foi excluída do destino político do país pela ditadura Vargas. Contudo, em 1945, Getúlio Vargas foi deposto pelas Forças Armadas, pois sua política de apoio aos Aliados na Segunda Guerra Mundial gerou contradições políticas. Não fazia sentido, naquele momento, apoiar

a luta contra o Estado fascista em nome de ideais democráticos, tendo em vista as diretrizes do seu governo.

O General Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente e promulga a Constituição de 1946. Esta Constituição assegurava o direito de eleições livres, mas, proibia o voto de militares e analfabetos. Este governo foi marcado pelo pluripartidarismo, aumento da dívida externa e inflação, congelamento dos salários, crescimento das importações e abertura da economia ao capital estrangeiro.

Vargas retorna ao poder em 1950. Entretanto, não resistiu às várias pressões (burguesia, capital estrangeiro, setores militares, forças políticas) e, sem o apoio das Forças Armadas, acabou tirando a própria vida. O vice-presidente, Café Filho, prosseguiu dando ao país o mesmo encaminhamento político-econômico do governo Dutra.

Em 1955, Juscelino Kubitschek e João Goulart assumem o poder. Contornaram crises políticas conciliando interesses diversos das diferentes classes sociais. O problema é que a sua política de desenvolvimento disparou o processo inflacionário, aumentou a dívida externa e a presença do capital estrangeiro no país.

O sucessor foi Jânio Quadros, que renunciou após sete meses de governo. Nesta época, o vice-presidente, João Goulart, estava na China. Então, os ministros militares, com o apoio das Forças Armadas, iniciaram políticas visando novo golpe militar.

João Goulart voltou ao Brasil com poderes limitados, visto que o Congresso já havia aprovado um ato adicional à Constituição, ato este que estabelecia o

parlamentarismo (1961 até 1963). Em 1963 houve um plebiscito e o povo manifestou-se a favor do presidencialismo.

Diante dos altos índices de inflação e da dívida externa, João Goulart adotou uma política reformista que atingiu o setor agrário, bancário e tributário. Estas reformas foram combatidas pelas forças conservadoras e pelo capital internacional, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora e a camada popular exigiam reformas.

Este clima de tensão política favoreceu o golpe militar de 1964, que estava na iminência de acontecer desde 1955.

A ditadura militar durou vinte e um anos. Durante toda a nossa história foi a mais violenta, do ponto de vista da repressão política, e atingiu seu ápice no Terceiro Governo Militar (1969-1974), representado por Emílio Garrastazu Médici.

Neste contexto, o aparato militar da Força Pública já havia se aperfeiçoado tanto do ponto de vista dos arsenais quanto na parte técnica. Além disso, a instituição estava constituída sobre um forte embasamento ideológico de segurança nacional e oferecia condições de sobrevivência e plano de carreira ao seu efetivo, o qual passou a se identificar com a profissão.

Portanto, não foi por acaso que, no período histórico de 1930 até 1969, (permeado pelas transformações da Força Pública, concomitantes às contingências econômicas, sociais e políticas) há uma inflexão no que se refere ao alistamento do efetivo, já que pela primeira vez na história da instituição os homens passam a ingressar na vida militar por vontade própria e submetem-se a um processo seletivo.

Não foi por acaso, também, que no ano de 1970, em pleno auge da repressão política, a Força Pública passa por uma reformulação e finalmente foi criada a **Polícia Militar**, tal como a concebemos hoje. A sua finalidade é o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, incluindo as atividades de defesa civil. A polícia militar e o corpo de bombeiros são forças auxiliares e reserva do Exército, subordinadas ao Governador do Estado (Artigo 144, parágrafo 5º, capítulo III, Título V – Constituição Federal, 1988).

Conforme a análise sociológica da instituição policial realizada pela autora Heloísa Rodrigues Fernandes (1973), o policiamento e a repressão podem ser compreendidos a partir das relações econômicas, sociais e políticas da sociedade.

É possível tomar como exemplo a proibição do voto dos cabos e soldados, os quais só tiveram este direito assegurado na Constituição de 1988 e este fato retrata as condições humilhantes a que foi submetida a base da instituição militar, constituída por representantes das classes populares. O homem ao ingressar na carreira militar foi espoliado dos seus direitos de cidadão, ajustado aos moldes da disciplina e hierarquia, a serviço de uma ideologia que traz nas entrelinhas os interesses de uma classe dominante.

De acordo com Marilena Chauí (1980, p. 90): *“O papel do Direito ou das leis é fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal, e por ser legal e não violenta deve ser aceita”*.

## **Capítulo 2**

### **Sobre a Polícia Militar**

No Brasil, a polícia foi dividida em diferentes setores com as suas respectivas funções definidas pela Constituição da República (Artigo 144, Capítulo III, Título V). Sendo assim, temos a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civil e Militar e Corpos de Bombeiros.

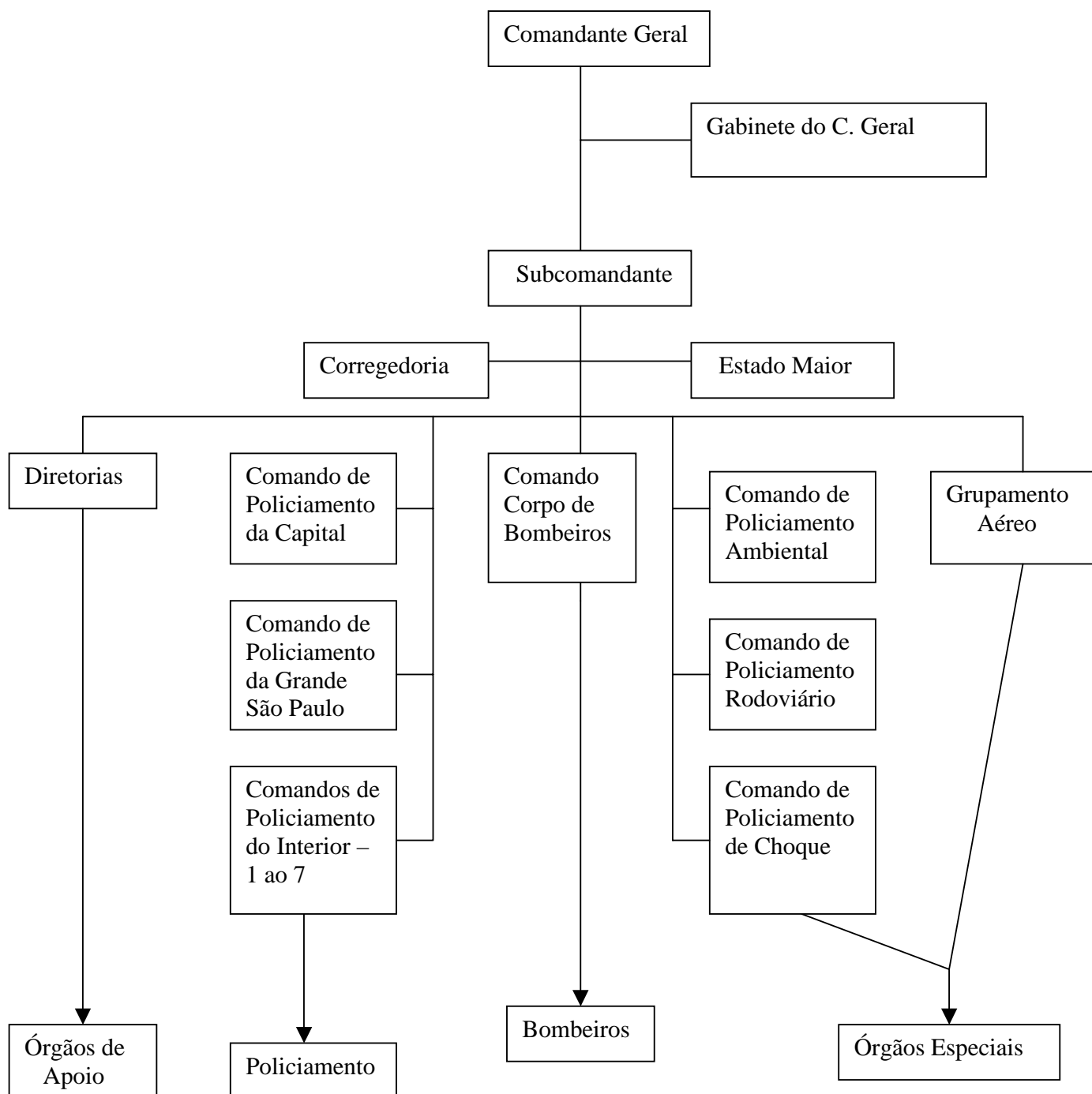
Entretanto, neste estudo, vamos destacar a Polícia Militar do Estado de São Paulo tendo em vista suas raízes históricas que delinearam o seu caráter parcialmente militar através da utilização de métodos para reforçar a disciplina dos soldados. Além disso os policiais exercem uma ocupação perigosa e no calor das ações apresentam objetivos associados à solidariedade que impregna suas relações sociais; porém também realizam ações menos edificantes, as quais são realizadas em um espírito de cooperação entre eles e isso torna essas ações possíveis de receberem o reconhecimento institucional. O espírito de um por todos e todos por um faz alusão a uma grande família, mas traz nas entrelinhas a dominação que visa o bom desempenho do policial através de uma rede intrincada de poder sobre o seu corpo e sua mente, fato gerador do seu sofrimento psíquico.

Neste capítulo, nosso intuito é demonstrar e explicar o funcionamento interno da Polícia Militar; sua estrutura e organização, seu regulamento e formas de atuação, bem como as condições de trabalho dos policiais.

Para facilitar a compreensão do tema, elaboramos um organograma e dividimos o capítulo em sub-itens: 1) Estrutura e organização; 2) Efetivo e hierarquia; 3) Regulamento disciplinar e 4) Atuação profissional.

## 2.1. Estrutura e organização

O organograma<sup>1</sup> demonstra a forte hierarquização e o sistema burocrático que permeia a instituição.



<sup>1</sup> Informações retiradas do site [www.polmil.sp.gov.br](http://www.polmil.sp.gov.br)

A Polícia Militar está subordinada ao Governador do Estado por meio do Comandante Geral da Polícia Militar, ou seja, um oficial nomeado pelo Governador.

O Comandante Geral da Polícia Militar tem sob o seu comando toda a corporação da Polícia Militar, que se estrutura da seguinte forma:

1. Órgão de Direção
2. Órgãos de Apoio
3. Órgãos de Execução
4. Órgãos Especiais de Execução

O **Órgão de Direção** é responsável pela administração geral da corporação. Sua função vai desde o planejamento das necessidades de manutenção do efetivo e dos materiais utilizados pela instituição até a coordenação e fiscalização dos órgãos de apoio e de execução.

O órgão de direção é constituído da seguinte forma:

a) Comandante Geral da Polícia Militar: responsável pelo comando da administração da Polícia Militar.

b) Estado-Maior da Polícia Militar: órgão de assessoramento do Comando Geral nos assuntos de interesse institucional e atividades da Polícia Militar.

c) Gabinete do Comandante Geral: órgão de assessoramento direto do Comando Geral.

d) Estado-Maior Especial: órgão de assessoramento do Subcomandante da Polícia Militar nos assuntos de natureza especial.



e) Corregedoria da Polícia Militar: órgão responsável pelo sistema administrativo disciplinar, que fiscaliza as diretrizes do Comando Geral, atividades funcionais e condutas dos policiais.

f) Diretorias: responsáveis por diferentes setores administrativos da instituição.

- Diretoria de Apoio Logístico: responsável pela implementação das políticas do Comando Geral, referentes aos assuntos administrativos.

- Diretoria de Ensino e Instrução: órgão responsável pela implementação das políticas do Comando Geral, referentes aos assuntos de ensino e instrução.

- Diretoria de Finanças: responsável pelo sistema administrativo financeiro e orçamentário.

- Diretoria de Assuntos Municipais e Comunitários: responsável pelo sistema administrativo de assuntos civis da Polícia Militar.

- Diretoria de Pessoal: responsável pelo sistema administrativo de recursos humanos.

- Diretoria de Saúde: responsável pelo sistema administrativo de saúde.

- Diretoria de Sistemas: responsável pelo sistema administrativo de informática e telecomunicações da Polícia Militar.

Os **Órgãos de Apoio** atendem às necessidades da corporação e cumprem as diretrizes e ordens dos órgãos de direção. Estão divididos da seguinte forma:

a) Órgãos de Apoio de Ensino e Instrução, subordinados à Diretoria de Ensino e Instrução:

- Academia de Polícia Militar do Barro Branco: ensino de nível superior que forma os oficiais, desenvolve pesquisas e presta serviço à comunidade.

- Escola de Educação Física: ensino superior voltado para a formação de professores de Educação Física que atuam na Polícia Militar. Também desenvolve projetos comunitários.

- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (Escola de Sargentos): formação e aperfeiçoamento de sargentos, concursos para formação de Cabos e cursos de especialização.

- Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores: atualização e ampliação de conhecimentos de oficiais.

- Centro de Formação de Soldados: formação de soldados e estágios de especialização de praças.

b) Órgãos de Apoio Logístico subordinados à Diretoria de Apoio Logístico. São responsáveis pelo recebimento, estocagem e distribuição de suprimento e material. Estão divididos da seguinte forma:

- Centro de Suprimento e Manutenção de Armamento e Munição
- Centro de Suprimento e Manutenção de Material de Intendência
- Centro de Suprimento e Manutenção de Obras
- Centro de Suprimento e Manutenção de Motomecanização

c) Órgãos de Apoio Pessoal: subordinados à Diretoria Pessoal, visa a execução de atividades de assistência social e jurídica, despesas, alistamento, seleção, estudos e internação de policiais condenados pela Justiça ou que estejam à sua disposição. Estão divididos da seguinte forma:

- Centro de Assistência Social e Jurídica (CASJ)
- Centro de Despesas de Pessoal
- Centro de Seleção, Alistamento e Estudos de Pessoal.

- Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes”

d) Órgãos de Apoio à Saúde, subordinados à Diretoria de Saúde e estão constituídos da seguinte forma:

- Centro Médico: responsável pelas atividades de assistência médico-cirúrgica e sanitária.

- Centro Farmacêutico: exerce a produção, aquisição, controle e distribuição de medicamentos.

- Centro Odontológico: executa atividades de assistência odontológica.

e) Órgãos de Apoio de Sistemas, subordinados à Diretoria de Sistemas visando o processamento eletrônico de dados. É constituído pelo Centro de Processamento de Dados e Centro de Suprimento e Manutenção de Material de Telecomunicações.

f) Órgãos Especiais de Apoio são constituídos por dois órgãos distintos:

- Ajudância Geral: apoio administrativo aos órgãos de direção, manutenção e segurança do Quartel do Comando Geral.

- Corpo Musical: atividades relativas às bandas de música e conjuntos sinfônicos da Polícia Militar.

Os **Órgãos de Execução** são subordinados ao Sub-comandante da Polícia Militar e estão divididos da seguinte forma:

1. Comando de Policiamento da Capital: responsável pela polícia ostensiva e preservação da ordem pública no município de São Paulo.

2. Comando de Policiamento Metropolitano: responsável pela polícia ostensiva e preservação da ordem pública da Grande São Paulo.

3. Comando de Policiamento do Interior: responsável pela polícia ostensiva e preservação da ordem pública do interior paulista.

Os Comandos são constituídos por unidades de policiamento denominadas Batalhões, com sedes nas cidades do Estado. A distribuição do efetivo e o detalhamento da área de atuação dos Batalhões é realizada pelo Comando Geral da Polícia Militar.

Há também o Comando do Corpo de Bombeiros, formado pelos Grupamentos de Incêndio.

Os **Órgãos Especiais de Execução** também são subordinados ao Subcomandante da Polícia Militar e são constituídos da seguinte forma:

a) Comando de Policiamento de Choque: atua em território estadual nos casos de extrema necessidade de policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública, por exemplo, nos casos de distúrbios civis, em eventos culturais, artísticos, desportivos e, ainda, nos casos de contra-guerrilha urbana. É formado pelas seguintes unidades de policiamento: Primeiro Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar”, Segundo Batalhão de Polícia de Choque, Terceiro Batalhão de Polícia de Choque e Regimento de Polícia Montada “Nove de Julho”.

b) Grupamento de Radiopatrulha Aérea da Polícia Militar “João Negrão”: participa de operações em apoio ao Policiamento Urbano, de Trânsito, de Choque, Ambiental, Rodoviário, Corpo de Bombeiros e outras atividades em todo o Estado.

c) Comando de Policiamento Rodoviário: policiamento ostensivo executado nas rodovias estaduais. Executa serviços de fiscalização, policiamento

e controle do trânsito. É composto por três Batalhões ao longo das rodovias estaduais.

d) Comando de Policiamento Ambiental: tem a finalidade de prevenir e reprimir as degradações da flora, fauna e mananciais. É constituído por quatro Batalhões da Polícia Ambiental.

## **2.2. Efetivo e a hierarquia**

Há um rigoroso e burocrático processo que estabelece os critérios normativos que regulam a seleção, a formação, a promoção e a reforma dos policiais.

O ingresso na carreira policial é feito por meio de concurso público e aprovação em curso de formação. O acesso à escala hierárquica é gradual e obedece à legislações específicas. Médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários, músicos e capelães também são parte do quadro de policiais oficiais.

O Policial Militar é desligado do serviço ativo quando completa trinta anos de efetivo serviço, se for homem, e vinte e cinco anos, se for mulher.

As relações entre os policiais são norteadas pela hierarquia e pelo regime disciplinar. Entende-se por hierarquia a ordenação da autoridade, que configura uma pirâmide com afunilamento na medida que atinge os postos mais elevados compostos pelos oficiais e praças especiais de polícia e a base desta pirâmide é constituída pelos praças de polícia. Os quadros de oficiais, praças especiais e praças são constituídos da seguinte forma:

- Oficiais de Polícia: Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente.

- Praças Especiais de Polícia: Aspirante a oficial e alunos da Escola de Formação de Oficial de Polícia.

- Praças de Polícia: Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado.

Existe, também, a hierarquia por antiguidade, que tem por critério, por exemplo, a data da última promoção, maior idade e até mesmo a ordem de classificação em cursos e concursos.

O efetivo da Polícia Militar é determinado por Decreto e de acordo com o Decreto nº 48.258, de 25 de novembro de 2003, o efetivo da Polícia Militar obedece a seguinte tabela:

<b>Órgãos</b>	<b>Policiais</b>	<b>Oficiais</b>	<b>Praças Especiais</b>	<b>Praças</b>	<b>Total</b>
Órgãos de Direção e Apoio		1469	1210	5853	8532
Órgãos de Execução e Especiais		3657	340	80167	84164
Casa Militar do Gabinete do Governador		49	-----	314	363
Total		5175	1550	86334	93059

### **2.3. Regulamento disciplinar**

O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar dispõe sobre as normas de conduta do policial no exercício da sua profissão e é aplicado a todos os componentes da corporação.

Existem valores que norteiam o desenvolvimento dos deveres legais e éticos do policial que foram estabelecidos no regulamento. Estes valores são patriotismo, civismo, hierarquia, disciplina, profissionalismo, lealdade, constância, verdade, honra, dignidade humana, honestidade e coragem.

Quando o policial deixa de cumprir algum dever, ele comete uma transgressão disciplinar, que consiste em uma infração administrativa. As transgressões são classificadas em graves, médias ou leves.

Havendo uma transgressão disciplinar, o policial está sujeito à sanções disciplinares, aplicadas proporcionalmente à gravidade e natureza da infração. As sanções disciplinares podem ser:

1. Advertência: aplicada verbalmente de forma particular ou ostensiva, não consta nos assentamentos individuais<sup>2</sup>;
2. Repreensões: é feita por escrito e consta nos assentamentos individuais;
3. Permanência Disciplinar: o policial fica na organização militar, mas não fica circunscrito a um determinado ambiente. Continua participando das atividades e realizando serviços internos e externos;

---

<sup>2</sup> Assentamentos individuais são registros por escrito sobre a vida particular e profissional de cada policial.

4. Detenção: o policial fica retido na organização militar, não participa de nenhuma atividade e não recebe remuneração. Estes dias de reclusão não são contados para efeito algum;

5. Reforma Administrativa Disciplinar: quando o policial é julgado incompatível com sua função;

6. Demissão: desligamento definitivo da corporação

7. Expulsão: quando o policial cometeu atos desonrosos e é condenado judicialmente;

8. Proibição do Uso de Uniformes: policiais inativos que atentam contra o decoro;

9. Recolhimento Disciplinar: recolhimento à prisão por dois motivos possíveis: para apuração de alguma investigação ou quando o policial se mostrar agressivo, embriagado ou sob o uso de entorpecentes. Essa reclusão pode durar até cinco dias.

Contudo, essas sanções não eximem o policial da responsabilidade civil e criminal decorrentes do mesmo fato.

Durante a sua carreira, o policial militar é constantemente avaliado no seu comportamento, tanto no aspecto profissional como no particular. As avaliações constam nos seus assentamentos individuais. Quando ele é admitido na Polícia Militar recebe a classificação de “bom comportamento” e depois, com o passar do tempo, esta classificação pode ser alterada, obedecendo aos seguintes critérios:

- Excelente: dez anos sem sofrer nenhuma sanção disciplinar;
- Ótimo: em cinco anos recebeu até duas repreensões;
- Bom: em dois anos foram aplicadas duas permanências disciplinares;



- Regular: em um ano foram aplicadas duas permanências disciplinares ou uma detenção;

- Mau: em um ano foram aplicadas mais de duas permanências disciplinares e mais de uma detenção.

Existem alguns recursos específicos que cabem ao policial, caso este, quando de alguma forma, achar-se injustiçado ou prejudicado por uma decisão administrativa ou por um superior hierárquico.

Quando os policiais prestam bons serviços podem receber dois tipos de recompensas:

- Elogio: um documento que ressalta as qualidades morais do policial e passa a constar no seu assentamento individual.

- Cancelamento das sanções: as suas penas disciplinares são retiradas do assentamento individual. Mas, este ato é praticado pelo Comandante Geral de Polícia mediante o pedido do interessado, que deve comprovar dez anos de bons serviços sem ter recebido qualquer sanção.

Os policiais também obedecem à normas de continências, honras e sinais de respeito, regras de conduta diante dos parceiros de profissão, superiores hierárquicos e de situações cotidianas.

#### **2.4. Atuação profissional**

Os policiais não têm um horário fixo de trabalho. É possível ocorrer as mais variadas escalas de serviço, diurnas ou noturnas, independente de finais de semana ou feriados.

Um determinado policial pode ser designado para funções de serviço interno, que envolvam as funções administrativas, para trabalhos necessários ao funcionamento da unidade militar e para serviços de guarda ou sentinela. A outra parte da tropa é escalada para os serviços externos.

A designação para estes serviços pode ser feita com um dia de antecedência ou, conforme a urgência, na hora que o policial chegar ao trabalho. Existem, ainda, outros tipos de escala, em que o policial deve permanecer de sobreaviso, em sua residência ou no quartel, pronto para desempenhar suas funções no menor tempo possível, caso haja uma situação de emergência.

Quanto à realização do serviço externo, o policial pode desempenhar várias modalidades de atuação, que seguem um padrão, visando ao atendimento de situações específicas:

- Patrulhamento: atividade móvel;
- Permanência: atividade predominantemente estática em local de risco;
- Diligências: atividade de busca e apreensão de objetos ou captura de pessoas;
- Escolta: custódia de pessoas ou bens
- Averiguação: verificação de um comportamento considerado incomum;
- Advertência: atividade que visa a mudança de um comportamento que pode levar a um ilícito penal;
- Orientação: previne as pessoas contra a ocorrência de delitos
- Prisão: conduz a pessoa em estado de flagrante delito, ou procurado pela Justiça, até a Delegacia;
- Assistência: auxílio ao público;

- Autuação: registro por escrito da ocorrência.

Os policiais também podem participar de projetos desenvolvidos junto à comunidade. Os projetos mais conhecidos são os Conselhos de Segurança, Projeto Estação Especial da Lapa, Programa Educacional de Resistência às Drogas e SOS Criança.

Além disso, no ano de 1997 foi criado, no Estado de São Paulo, o Policiamento Comunitário inspirado no modelo de atuação norte americano:

As origens intelectuais da maioria dos recentes esforços de reforma podem ser ligadas às revelações a respeito do real conteúdo do trabalho policial nos estudos que começaram a aparecer nos – atualmente legendários – anos 1960, o primeiro deles sendo o trabalho de Michael Banton, *The Policeman in the Community* (1964). O título do livro coloca estranhamente, lado a lado, uma identificação quase “arcaica” de policial [police officer] com um ser humano policial [policeman] e o contexto real e respectivo alvo do seu trabalho – na época ainda não totalmente analisado -, a saber, a comunidade. (BITTNER, 2003, p.18).

O Policiamento Comunitário apresenta estrutura e regimento próprio. Com eles pretende-se gerar uma transformação na postura profissional dos policiais, que deverão atuar de forma ativa junto às lideranças comunitárias e em conjunto com a Secretaria do Estado da Justiça e Defesa da Cidadania.

Este tipo de policiamento tem como objetivo estabelecer uma parceria com a população baseada na premissa de que polícia e a sociedade devem solucionar juntas os problemas relacionados aos crimes, drogas, decadência de bairros, etc, enfim, a meta é o desenvolvimento de projetos a fim de melhorar a qualidade de vida da população.

No entanto, tudo o que dissemos não contempla as possibilidades do exercício profissional de um policial, isso porque, quando ele deixa sua casa e assume suas funções certamente enfrentará muitos imprevistos, perigos e

submeterá seu corpo a condições fatigantes. Um policial também aconselha, adverte, acolhe, socorre e auxilia a população.

Quando um cidadão comum ingressa na carreira policial percorre um longo caminho até ser moldado dentro das perspectivas da corporação. Ao término do curso de formação será outro, e ao mesmo tempo, aquele que foi um dia. Ele ainda carregará consigo a sua história pessoal, mas já terá interiorizado os novos valores que devem ser comuns à todos os policiais (patriotismo, hierarquia, disciplina...). Além disso, terá abraçado uma incumbência difícil: a manutenção da ordem pública.

Este cidadão comum passará a usar farda, portará arma de fogo, sua vida profissional e pessoal será mensurável e avaliada por superiores hierárquicos e estará submetido a um rígido regulamento disciplinar.

Além disso, a grande expectativa social é de que o policial saiba agir com eficiência e precisão, apresentando um repertório de comportamentos adequados para as mais diversas situações que ele deverá se deparar ao longo do seu trabalho, uma vez que a Polícia é uma instituição que deve ter o controle dos proscritos, marginais, explorados, perseguidos, desempregados e todos aqueles que mais ameaçam a ordem pública e estão fora da sociedade moderna.

A fim de atingir o objetivo da corporação, o policial submeterá o seu corpo à toda sorte de acontecimentos, pode ser apenas uma noite de frio e sono, talvez apareçam dores nas costas em decorrência do peso dos seus equipamentos ou tenha, ainda, que permanecer sob as intempéries para preservar um local de acidente ou coisa parecida. No entanto, esse mesmo policial não sabe ao certo

quando será solicitado para participar de uma ocorrência envolvendo troca de tiros ou se sofrerá algum acidente automobilístico com a viatura.

Na verdade, ele sabe que corre risco, mas não tem a precisão do momento em que vai se deparar com a morte, a dele e a de outros, ou com o enfrentar corpo a corpo com os embriagados, drogados, enlouquecidos, desesperados...

No exercício da sua função, o policial deve estar atento ao regulamento disciplinar, respeitar a hierarquia, lidar com a morte ou situações funestas, ser rápido nas decisões e agir com a precisão de uma máquina.

Ele deve, também, estar pronto para sobreviver às tragédias, aos dramas e antes que as suas feridas cicatrizem, deve estar pronto novamente para mais um dia de serviço e para os perigos que estão por vir. Contudo, na verdade, ele é apenas mais um homem que vive num conturbado mundo violento.

Embora o universo policial possa ser apreendido sob diferentes níveis de análise, neste estudo pretendemos enfatizar os aspectos subjetivos suscitados pelo exercício desta profissão, utilizando como referencial teórico-metodológico a Psicodinâmica do Trabalho.

## Capítulo 3

### Considerações Teóricas

Neste capítulo, nosso objetivo é discorrer sobre a base teórica que fundamenta um caminho para a compreensão da vivência subjetiva produzida pelas relações de trabalho estabelecidas pelo policial. Para isso consideramos, então, as leituras freudianas sobre o desenvolvimento da civilização e as suas conseqüências na história individual do homem.

Freud propõe que as necessidades do estabelecimento das leis, instituições e normas surgiram a partir do desenvolvimento da vida social, que se tornou inevitável para a sobrevivência da humanidade. Isso porque, juntas, as pessoas encontram mais forças para enfrentarem às contingências e vulnerabilidades da natureza. Entretanto, a conservação da vida social exige renúncia pulsional tanto erótica, quanto agressiva. Por isso, a civilidade existe como um elemento repressivo e de defesa do homem, que se recolhe no campo da privacidade. Em outras palavras, trata-se de uma sujeição que assegura a sua própria sobrevivência. Freud desenvolveu estas idéias em **O Futuro de uma Ilusão** (1927-1931).

Conforme o autor, a civilização foi iniciada há milhares de anos separando o homem de sua condição primitiva através dos regulamentos, de certas medidas de coerção e, também, das vantagens mentais obtidas nas relações sociais. Deste modo, os homens assumem os valores da cultura.

Entretanto, os desejos instintivos continuam participando da sua vida mental:

Há incontáveis pessoas civilizadas que se recusam a cometer assassinato ou a praticar incesto, mas que não se negam a satisfazer sua avareza, seus impulsos agressivos ou seus desejos sexuais, e que não hesitam em prejudicar outras pessoas por meio da mentira, da fraude e da calúnia, desde que possam permanecer impunes; isso, indubitavelmente, foi sempre assim através de muitas épocas da civilização. (FREUD, 1927-1931, volume XXI, 1996, p.21).

Portanto, apesar dos valores sociais e das coerções externas terem sido internalizadas pelo homem, ele ainda é vulnerável aos seus instintos.

A hostilidade contra a civilização e o desprezo pela lei também poderão vir à tona em consequência das injustiças e opressões sociais.

Hélio Pellegrino (1987) aborda esta questão referindo-se ao *Pacto Edípico e Pacto Social* que o indivíduo estabelece no curso do seu desenvolvimento. Conforme este autor, a crescente onda de violência que irradia o temor da sociedade está relacionada à má distribuição de riquezas e à corrupção que assola o país. Assim, o desemprego, a recessão, a inflação, os baixos salários, a miséria, as impunidades dos crimes envolvendo políticos e a elite social, enfim, tudo isso, pode gerar no sujeito uma ruptura da barreira que impediria a emergência dos seus impulsos destrutivos: *“Tudo aquilo que ficou reprimido – ou suprimido – em nome do pacto com o Pai, vem à tona, sob a forma de conduta delinqüente e anti-social”* (PELLEGRINO, 1987, p.203).

Neste contexto, o indivíduo alheio às vantagens oferecidas pela civilização e pela modernidade, não possui motivo algum para respeitar as leis e se sujeitar às renúncias pulsionais. Portanto, ele quebra as alianças com a sociedade e com o significante paterno, que ocupa o lugar da Lei no âmbito intrapsíquico.

Birman (2001) também trata da questão acerca da Lei e das práticas de Justiça no Brasil, afirmando que a economia das pulsões é o correlato da economia política. Portanto, uma organização de poder social que não satisfaz às demandas pulsionais e desejantes da população conduz as subjetividades ao registro narcísico em detrimento das relações alteritárias. Ele também faz uma observação importante sobre a Lei no Brasil, indicando que a ordem simbólica da lei está dissociada das práticas sociais de Justiça, ou seja, a lei não funciona concretamente.

Desta maneira, surgem as formas autoritárias de poder e as manifestações de violência das classes populares, cujos direitos de cidadania não são reconhecidos pelos dispositivos de Justiça: *“Como violência legítima das individualidades, como exercício do contrapoder das classes populares, esta violência não pode ser absolutamente criminalizada”* (Birman, 2001, p.285).

Desta forma, o Estado pretende conter a violência gerada pela precariedade da construção da cidadania nos moldes da democracia liberal e a Polícia é o instrumento utilizado para refrear esta violência.

As religiões também surgiram para desempenhar um papel relevante de controle social e de resposta à condição de desamparo. Os homens necessitam da religião para compensá-los da morte, dos sofrimentos que a vida impõe e das restrições do mundo civilizado. A religião corresponde aos seus desejos, torna a vida mais suportável e também fornece preceitos morais, que inibem os seus instintos associativos. Além disso, as massas buscam nos deuses o reconhecimento como sujeito e a salvação messiânica para a sua precária condição de vida possibilitada pela ordem social e política.



Antes do aparecimento das religiões, os tabus já cerceavam a vida do homem primitivo e remontam às primeiras proibições, a partir das quais se desenvolveram as normas e as leis.

Os tabus eram impostos de forma violenta e proibiam determinados comportamentos, pelos quais havia uma forte inclinação. Isso gerava uma reação ambivalente, porque o medo de violar o tabu era mais forte que o desejo de transgredi-lo.

Havia proibições básicas relacionadas ao tabu, como, por exemplo, não matar o animal totêmico e não ter relações sexuais com membros do mesmo clã totêmico. Estas questões foram abordadas por Freud na obra **Totem e Tabu** (1913-1914). Ele desenvolveu a teoria a respeito do surgimento da civilização a partir de um crime cometido coletivamente.

Segundo essa teoria, os irmãos partilhando o mesmo ódio contra o pai tirano e chefe da horda, teriam se unido em torno de um projeto comum, o parricídio. Uma vez morto o pai e saciado o ódio, o mesmo foi devorado numa cerimônia e seus atributos foram incorporados pelos filhos, promovendo um sentimento de identificação entre eles.

Contudo, surgiu o remorso porque o pai também era amado. Esta ambivalência de sentimentos gerou a mitificação do pai, que se tornou sagrado (totem). Conseqüentemente, foram instituídas as regras de exogamia, isto é, ninguém teria direito às mulheres do grupo e, desta forma, ninguém ocuparia o lugar do pai.

Segundo Freud, esse teria sido o início das instituições sociais, da culpabilização e da necessidade de uma lei externa contra os desejos mais

arcaicos do homem: matar o pai e cometer o incesto com a mãe, que correspondem aos desejos reprimidos do Complexo de Édipo.

Conforme a concepção freudiana, a criança dos 03 ao 05 anos de idade apresenta uma organização fálica da libido. Neste contexto, odeia o genitor do sexo oposto que impede a satisfação da paixão incestuosa. O Édipo representa o progressivo processo de separação da mãe / filho, caracterizado pelo corte do cordão umbilical, desmame e proibição do incesto.

De acordo com Birman (1997), nesta fase o sujeito é regulado pela economia narcísica da libido, permeado pelo narcisismo primário, isto é, acredita ser o centro do mundo e que pode instituir a sua própria lei, marcado pela idéia de onipotência e impossibilidade do reconhecimento das diferenças, o que foi denominado por Freud de Ego Ideal.

A experiência da castração decorre do Complexo de Édipo e atua sobre o Ego Ideal, redimensionando a sua onipotência e possibilitando o reconhecimento da diferença sexual, a internalização das proibições e a identificação dos valores paternos. Isso tudo determina a inserção do sujeito na cultura e sua relação com a Lei, que passa a ser respeitada e temida. Este fato esvazia o sujeito do seu investimento libidinal narcísico e permite as relações intersubjetivas de alteridade. O ideal do sujeito, deixa de ser ele próprio e passa a ser algo que lhe transcende, algo inatingível, o Ideal do Ego.

Conseqüentemente, a agressividade que seria dirigida ao meio externo sofre um deslocamento e passa a ser assimilada pelo Super Ego, que atua sobre o Ego por meio de censuras e acusações.

As exigências do Super Ego coincidem com os preceitos das relações sociais. Portanto, a problemática da Lei está relacionada ao Complexo de Édipo, que funda as relações do sujeito com as interdições e com o horizonte de possibilidades de relações intersubjetivas.

De um lado existe, assim, o Super Ego condensando os interditos que regulam as demandas pulsionais nas relações e, de outro lado, há o Ideal do Ego que representa os possíveis caminhos para o sujeito constituir o seu desejo.

Entretanto, há uma oscilação entre os registros alteritário e narcísico. Trata-se de uma oscilação estrutural, que depende dos investimentos realizados nestes pólos e das formas organizadas do poder social, que permitem ou não a satisfação das demandas pulsionais, tal como foi abordado por Pellegrino (1987) e Birman (2001).

Quando a ordem social desperta no sujeito a busca de uma possível satisfação para suas demandas pulsionais, entreabre-se para o sujeito a possibilidade do Desejo e ele é lançado nas relações intersubjetivas de alteridade: *“Se isso não se apresenta ao sujeito, este não pode pender para o pólo alteritário, ficando, pois restrito e mortificado no pólo narcísico do seu ser”* (BIRMAN, 2001, p.298).

O Desejo está ligado aos aspectos inconscientes e articulado às pulsões, portanto, não se mostra claramente. Contudo, o sujeito tenta restabelecer uma situação de satisfação relacionada às primeiras experiências infantis:

Na concepção dinâmica freudiana, um dos pólos do conflito defensivo. O desejo inconsciente tende a realizar-se restabelecendo, segundo as leis do processo primário, os sinais ligados às primeiras vivências de satisfação. A psicanálise mostrou, no modelo do sonho, como o desejo se encontra nos

sintomas sob a forma de compromisso. (LAPLANCHE & PONTALIS, 1998, p.113).

Freud concebeu a sexualidade no campo do Desejo. Deste modo, a sexualidade se inscreve na fantasia até chegar ao nível do comportamento e do corpo, o que é definido pela intensidade das forças pulsionais e regulada pela noção de economia:

A noção de economia é oriunda da metapsicologia freudiana, pela qual se enunciou que os processos psíquicos deveriam ser analisados segundo os eixos tópico, dinâmico e econômico. (BIRMAN, 1999, p.23).

Portanto, foi a partir do conceito de pulsão que Freud indicou que a sexualidade existiria desde sempre na vida do sujeito e formulou o conceito de sexualidade infantil e perversidade polimorfa. A sexualidade teria, assim, múltiplas formas de expressão e objetos possíveis, visando à completude e a satisfação do Desejo, lançando o sujeito na dimensão da intersubjetividade.

Quanto à pulsão, esta foi denominada como uma “força constante”, que exige do psiquismo um trabalho de vinculação às representações, inscrevendo-se um circuito pulsional: *“Na medida em que a pulsão é uma força constante, que não se esgota jamais, esse processo de ligação e de domínio das excitações seria infinito e interminável”* (BIRMAN, 1999, p.39).

Este processo inicia-se através com os cuidados indispensáveis dirigidos ao bebê, com o investimento materno e com a antecipação do sujeito pelas figuras parentais, enfatizando a questão da filiação e da reprodução simbólica.

Neste contexto, o sujeito depara-se com uma dívida para com o outro, que lhe possibilitou a existência e a mediação dos objetos de satisfação, uma vez que, sem a mediação do outro, a força pulsional se descarregaria e não constituiria um circuito pulsional e nem mesmo seria instituído o princípio do prazer no psiquismo:

De fato, se o sujeito não é a causa de si mesmo e apenas pode advir a partir do outro, sendo um conjunto de identificações, então a constituição do sujeito implica o estabelecimento de uma dívida inefável com as potências que lhe ofereceram as possibilidades de ser produzido. (BIRMAN, 1997, p.33).

A partir desta problemática, o sujeito procura responder aos enigmas da sua origem, destino e identidade sexual. Outro fator que lança o indivíduo na busca de respostas para suas angústias e a percepção que a criança tem da angústia dos pais, o que se transforma em fonte do seu próprio sofrimento. Visto que, não tem a capacidade para entender o motivo daquela angústia ou para conversar com os pais sobre ela.

Não obstante existe certa medida de força pulsional que não encontra simbolização e o universo das representações é insuficiente para absorvê-la, isso foi o que Freud denominou de pulsão de morte, ou seja, uma pulsão sem representação, que evoca no sujeito o desamparo, a angústia ou o sofrimento estrutural.

Por isso, a criança cria teorias explicativas e busca compreensão de suas angústias através de atividades lúdicas: *“A criança aprende a contornar esse terreno movediço, mas, nela, cristaliza-se então uma zona de fragilidade psíquica”*. (DEJOURS, 1996, p.155). A busca continua no mundo adulto e é no espaço social e nas relações de trabalho que o sujeito tenta encontrar uma resposta para suas

questões arraigadas, procura costurar a fenda existente entre o campo simbólico e o impacto pulsional, que é a causa do seu sofrimento.

Na situação de trabalho, o sujeito atualizará os seus fantasmas, a fim de produzir novos sentidos, e a inscrição da sua dimensão desejante, já que a força pulsional exige renovadas modalidades de subjetivação.

Dejours (1996) chamou este fenômeno de ressonância simbólica, que consiste na transposição do cenário original do sofrimento para a realidade social, possibilitando ao sujeito a continuidade de seus questionamentos interiores e constituindo um terreno fértil para a criação de um estilo próprio de existência face às formas consagradas de simbolização. Deste modo, os objetivos do trabalho e de produção são beneficiados pela força dos processos psíquicos inconscientes.

Esta possibilidade de se constituir como singularidade evoca o conceito de sublimação:

Processo postulado por Freud para explicar atividades humanas sem qualquer relação aparente com a sexualidade, mas que encontrariam o seu elemento propulsor na força da pulsão sexual (...). Diz-se que a pulsão é sublimada na medida em que é derivada para um novo objetivo não sexual e em que visa objetos socialmente valorizados. (LAPLANCHE & PONTALIS, 1998, p.495).

Neste contexto, a sublimação se refere à busca de novos destinos para a força pulsional, inscrevendo-a no registro da simbolização e imprimindo a originalidade na existência do sujeito.

Conforme Dejours (1996), a sublimação adquire importância fundamental para a conquista da identidade e saúde mental no momento em que o sujeito recebe o reconhecimento social do seu trabalho, pois, o reconhecimento social é capaz de afastar, parcialmente, o sofrimento estrutural, fornecendo ao indivíduo

um breve prazer relacionado à sensação de domínio sobre suas angústias. Contudo, *“o sofrimento ressurge, impelindo o sujeito para outras situações de trabalho, novas apostas organizacionais e novos desafios simbólicos”*. (DEJOURS, 1996, p.159).

Tal como a sublimação, a escolha da profissão e o espaço para gerir o trabalho, conforme a economia de funcionamento psíquico, própria de cada um, também são condições de possibilidades para o estabelecimento da ressonância simbólica.

Sobre a escolha profissional, sabemos o quanto ela é importante, uma vez que é ela quem vai direcionar as futuras relações produtivas com o mundo, que podem edificar a identidade do sujeito ou ser fonte de desprazer e sofrimento.

Uma escolha definitiva, como, por exemplo, a escolha profissional gera muita insegurança e é influenciada pelos fatores sociais, econômicos e familiares. Entretanto, os reais motivos podem permanecer desconhecidos, pois, a escolha também é determinada pelos aspectos inconscientes ligados às relações com as figuras parentais e sociais.

Quando a escolha profissional e a organização do trabalho permitem que o sujeito encontre um lugar para as suas atividades fantasmáticas de criação, liberação pulsional e reconhecimento social, então, o trabalho torna-se fundamental para a manutenção da saúde. O sujeito encontra um sentido para a sua vida e se torna autor/ator da sua história, que pode ser reinventada com possibilidades infinitas de recomeço.

É muito doloroso viver as consequências de uma escolha profissional que não está em sintonia com a dimensão desejante e que não corresponde às

demandas pulsionais. Também é igualmente penoso se submeter a uma organização rígida de trabalho, com modos prescritos bem delimitados.

Tendo em vista que em ambos os casos o indivíduo não encontrará a identificação necessária com a profissão para o desempenho de suas funções, ele poderá se sentir infeliz, torturado e de mãos atadas. Apesar dos benefícios legais do trabalho, o indivíduo poderá sentir-se escravizado e subjugado às contingências que o levaram àquela profissão.

Embora possa exercer o trabalho com toda a dignidade necessária, ainda restará uma insatisfação e a sensação de não ter encontrado um sentido para a vida. Neste caso, o indivíduo necessita recorrer a um mecanismo defensivo que promova a retenção da sua energia pulsional, porque no desenvolvimento de suas tarefas não encontrará a satisfação das suas necessidades específicas de canalização de energia.

De acordo com Dejours (1996), este fato terá repercussões sociais, porque as pessoas que compartilham com ele o ambiente familiar ou de trabalho, serão atingidas pelos reflexos do sofrimento vivenciado pelo sujeito. O indivíduo que vive as conseqüências da repressão pulsional se transforma numa pessoa intolerante e pouco inclinada às relações afetivas familiares e de amizade. A repressão psíquica também pode ter um desdobramento somático e levar o indivíduo ao adoecimento. Além disso, coloca o sujeito a um passo da alienação, que o transforma num ser nulo num grupo homogêneo, que não reconhece a diferença e a irrupção do novo.



Sendo assim, o trabalho representa para o sujeito um paradoxo: *“Pode causar infelicidade, alienação e doença mental, mas pode também ser mediador da auto-realização, da sublimação e da saúde”* (DEJOURS, 2000, p.98).

Conforme Dejours (1996), não há como evitar o sofrimento e o sujeito poderá desenvolver na situação de trabalho dois tipos de sofrimento: criativo ou patogênico. O primeiro refere-se às condições que permitem ao indivíduo driblar o sofrimento estrutural, utilizando sua criatividade, e traçar novos horizontes no universo das representações, a fim de encontrar alternativas que promovam o seu reconhecimento, fortaleçam a sua identidade e, desta forma, proporcionem certa medida de prazer relacionada ao trabalho. Já o sofrimento patogênico está vinculado ao impasse colocado para o sujeito, que não vê outra alternativa, senão criar defesas individuais ou participar das estratégias defensivas coletivas, isso porque ele não encontra no espaço de trabalho as condições para o estabelecimento da ressonância simbólica e, conseqüentemente, da sublimação. Permanece imobilizado diante do hiato que se apresenta no campo contínuo do psiquismo.

Conforme Dejours (1987), as defesas minimizam as percepções que os trabalhadores têm das pressões causadoras do sofrimento e a distorção da realidade é validada pelo grupo. Contudo, a organização do trabalho continua intacta. A repressão pulsional trata-se de uma estratégia defensiva individual, em que o indivíduo suprime todo o investimento afetivo no trabalho e age nos moldes da cognição, a fim de cumprir as exigências organizacionais (trabalho prescrito). Em outros casos, os trabalhadores podem burlar as regras do trabalho prescrito e, em segredo, desenvolver as tarefas de acordo com o seu estilo próprio (trabalho

real). Este fenômeno pode levar a desconfiança mútua e dificultar a cooperação entre os trabalhadores ou entre as equipes, gerando o individualismo:

O individualismo seria, antes de mais nada, a postura defensiva última, aliás não definitiva, de um longo processo no qual os trabalhadores se mostram, ao contrário, ativos e não inocentes em face das pressões patogênicas do trabalho. (DEJOURS, 1994, p.64).

Dejours (1996) propõe a discussão coletiva e a criação do espaço para a palavra no campo organizacional, com o intuito de reconstruir as relações de confiança e solidariedade entre os trabalhadores, favorecendo a situação do sofrimento criativo através da ressonância simbólica, reconhecimento dos pares e sublimação: *“O espaço da palavra não é necessário apenas para as arbitragens, ele é o lugar onde se desenrola o processo do reconhecimento e da filiação (precisamente oposta o individualismo)”* (DEJOURS, 1996, p.169).

Desta forma, fica definido o objetivo da Psicodinâmica do Trabalho, que é ajudar o trabalhador a descobrir formas de transformar o sofrimento em algo que seja favorável à saúde, ou seja, numa possibilidade de prazer e satisfação.

Vale dizer que, o entendimento de Dejours (1986) a respeito de saúde equivale à possibilidade desejante do sujeito, que entreabre novos horizontes de significação na cena social. Entretanto, a saúde não significa a ausência do sofrimento, pois, como já foi dito, esta é uma condição estrutural e revela a fragilidade humana.

Tal como foi abordado por Freud em **Mal Estar na Civilização** (1927-1931), o sofrimento nos ameaça o tempo todo: o corpo condenado à decadência e à morte, as forças da natureza e do mundo externo podem se voltar contra nós e as

relações sociais também podem ser fonte de desprazer. Não há proteção contra as investidas do destino e a felicidade está relacionada à economia psíquica, portanto, cada um deve descobrir por si mesmo o modo específico de ser feliz, sonhando com as idéias que podem se tornar possíveis.

Em vista disso, tencionamos compreender a vivência subjetiva do policial decorrente do seu trabalho, colocando em foco seus mecanismos defensivos.

## **Capítulo 4**

### **A Pesquisa**

O que instigou-nos a pesquisar o sofrimento psíquico decorrente das relações de trabalho do policial foi a peculiaridade desta profissão. O policial vive cotidianamente a pressão da hierarquização, da disciplina e das responsabilidades acerca de um contexto diário de riscos e cobranças sociais, que surgem em função das discussões acerca das práticas policiais e dos altos índices de violência e criminalidade que fomentam o medo da população.

Consideramos que estas questões poderiam ter algum impacto sobre a saúde e subjetividade dos policiais, que são constituídos por um número expressivo de homens e mulheres. A fim de compreendermos tais fenômenos, tomamos como ponto de partida os estudos do médico e psicanalista francês Dejours (1986, 1987, 1993, 1994, 1996, 2000), que vem desenvolvendo o referencial teórico-metodológico da Psicodinâmica do Trabalho. Também recorreremos à Freud (1913-1914, 1920-1922, 1927-1931), Birman (1996, 1997, 1999, 2001), Pellegrino (1987) e Pagès (1987), que auxiliaram na compreensão do objeto de estudo.

Acreditamos, ao escolher tais teóricos, que este referencial poderia nos dar algum recurso para compreender o que há de “humano” naqueles que vestem a farda e desempenham um papel social historicamente definido e marcado pela impassibilidade. Contudo, reconhecemos, também, que a complexidade do tema requer uma visão multidisciplinar e que este estudo poderia ser abordado por

diferentes níveis de análise. Entretanto, optamos por enfatizar um nível de análise possibilitado pela Psicodinâmica do Trabalho.

Após a definição do nosso objetivo e do referencial teórico-metodológico, surgiu um impasse a respeito do acesso à instituição e aos policiais. Sabíamos de antemão que era necessária uma autorização da instituição para tornar viável a pesquisa.

Após algumas investidas incertas, decidimos entrar em contato com o Centro de Assistência Social e Jurídica da Polícia Militar (CASJ), pois, tomamos conhecimento que lá existe uma seção de assistência psicológica que poderia trazer dados relevantes para a nossa pesquisa. Então, elaboramos um requerimento e uma carta de apresentação da UNESP encaminhando o nosso projeto de pesquisa. O requerimento foi apresentado ao Estado Maior, junto ao Setor de Relações Públicas da Polícia Militar, que faria o devido encaminhamento ao CASJ.

Depois de algum tempo, comparecemos pessoalmente naquele departamento a fim de obter uma resposta sobre a possibilidade de realização da pesquisa naquele local. Obtivemos a permissão e firmamos o acordo de fornecer uma cópia desta pesquisa concluída.

Conhecemos a equipe que trabalha naquele departamento e as suas dependências. Posteriormente, entramos em contato com um dos projetos desenvolvidos pelo CASJ, o “Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar”, onde efetivamente realizaríamos a pesquisa.

Em seguida, passaremos a apresentar o Centro de Assistência Social e Jurídica e o Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar.

#### **4.1. O Centro de Assistência Social e Jurídica (CASJ)**

Trata-se de um órgão de apoio da Polícia Militar localizado na Avenida Cruzeiro do Sul, 260, São Paulo e tem por finalidade desenvolver as seguintes atividades:

1. Orientação Social: orienta os policiais a respeito de questões familiares, separação conjugal, pensão alimentícia, reconhecimento de paternidade, problemas financeiros e de habitação, dependência química, transferência de unidade militar e assistência médica;

2. Setor de Orientação Jurídica: atende policiais com o intuito de sanar dúvidas a respeito do Direito Civil;

3. Companhia de Seguros do Estado: atende o policial que no horário de serviço venha a falecer ou ficar inválido;

4. Setor de Assistência Psicológica: realiza psicoterapias individuais, em grupo e de caráter emergencial. Também realiza palestras e atua no Programa de Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos da PM;

5. Setor de Pesquisa, Desenvolvimento, Execução e Coordenação de Projetos (SEPDEC): destinado aos projetos que visam a saúde mental do Policial Militar;

6. Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar;

7. Peça teatral “Um novo amanhecer”, que retrata a realidade dos policiais e suas relações com o trabalho, família e sociedade.

#### **4.2. O Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar**

O Programa foi criado para prevenir e restabelecer a saúde mental do policial, sendo que, no exercício da sua profissão, ele enfrenta situações de risco.

Entende-se por alto risco as ocorrências que têm grande probabilidade do perigo. Por exemplo, o confronto com o combatido pode resultar a morte, o gerenciamento de situações críticas pode ter desdobramentos graves e imprevisíveis, o contato com situações funestas podem desencadear alterações orgânicas e emocionais e, também, os acidentes automobilísticos.

Quando o policial vive alguma destas situações e passa a apresentar um comprometimento emocional ele é encaminhado ao CASJ pelo seu superior hierárquico. No CASJ, o policial é submetido à uma avaliação psicológica, que inclui testes e entrevista.

Depois, cada caso é avaliado individualmente por uma comissão formada pelo coordenador, psicólogo e secretário do Programa, um oficial da unidade que conheça o policial e um oficial corregedor. A comissão vai decidir o destino do policial e uma das possibilidades é o seu encaminhamento ao Programa.

Também são encaminhados para lá os policiais que, a partir do ponto de vista do seu superior hierárquico, apresentam alguma forma de “alteração emocional”.

O Programa é desenvolvido com base nas seguintes metas:

- Prevenção e restabelecimento da saúde mental;
- Adequação aos padrões doutrinários;
- Interação com a sociedade de forma que a morte não seja vista como resultado natural do seu trabalho;

- Fortalecimento da hierarquia e da disciplina;
- Utilização de meios para salvaguardar a própria vida e a vida dos combatidos;
- Minimização de exposição de riscos aos acidentes automobilísticos.

A partir destas metas, elabora-se uma grade curricular para ser desenvolvida durante os vinte e oito dias do Programa. Esta grade abrange aulas de Direito, doutrina militar, psicologia aplicada, educação física, prevenção de drogas, treinamentos, visitas, caminhadas ecológicas, etc.

Depois, o policial é novamente submetido à avaliação psicológica e, havendo o seu restabelecimento emocional, ele é reintegrado à sua unidade de origem.

A referida pesquisa foi realizada com os policiais que participavam deste Programa.

#### **4.3. Objetivo geral da pesquisa**

A pesquisa tem por objetivo compreender o sofrimento psíquico dos policiais militares, considerando suas vivências subjetivas acerca das pressões psíquicas e das condições de trabalho.

#### **4.4. Objetivos específicos**

- Analisar o sofrimento psíquico a ser observado nas relações de trabalho do policial;
- Verificar os fatores que contribuem para a sua realização profissional;
- Compreender os mecanismos de defesa desenvolvidos.



#### **4.5. Sujeitos e material de estudo**

Realizamos a pesquisa com uma equipe de policiais que iniciariam o Programa de Acompanhamento e Apoio, devido ao envolvimento em ocorrências de alto risco e por encaminhamento do superior hierárquico.

O primeiro contato com os Policiais foi no MASP, onde fomos apresentados e tivemos a oportunidade de explicitar os objetivos da pesquisa.

A partir daquele dia decorreram duas semanas, período em que fomos conhecendo pouco a pouco os policiais do grupo e com eles, participamos das atividades programadas, a saber:

1. Oficina de arte: esta atividade foi realizada no MASP e cada membro do grupo tinha a sua disposição diversos materiais gráficos, tintas, sucatas, etc. O material deveria ser empregado numa produção artística de tema livre. Surgiram diversos tipos de trabalho, desde uma paisagem de Fernando de Noronha até uma representação de um policial morto num caixão feito de papelão. Algumas produções estavam relacionadas com armas, símbolos militares, viaturas enquanto outras eram pinturas abstratas, representações de família e paisagens da natureza;

2. Dinâmicas de grupo: eram desenvolvidas por um Policial Militar, que exercia a função de Psicólogo do Programa. As dinâmicas tinham o objetivo de proporcionar um entrosamento entre as pessoas do grupo e criar um espaço para a palavra do policial;

3. Palestras sobre seguro de vida, que objetivaram orientar o policial à respeito dos seus direitos e questões burocráticas.

4. Palestra de postura corporal, que tinham como objetivo prevenir e orientar o grupo sobre a importância da postura corporal.

5. Oficina de escultura: realizada uma vez por semana. Cada membro do grupo aprendia a utilizar a argila na produção de uma peça qualquer. Surgiram esculturas relacionadas com temas do cotidiano do policial: símbolos militares, armas, representação de policiais entre outras produções, tais como, com vasos, cinzeiros, etc.;

6. Trilha ecológica na Serra do Mar, realizada no Parque das Neblinas. Tinha como meta proporcionar o contato com a natureza, conscientização ecológica e lazer.

O grupo era formado por dezoito homens e duas mulheres, que possuíam diferentes níveis hierárquicos, idade e tempo de profissão. Eles pertenciam a unidades militares da cidade de São Paulo e da região metropolitana. As atividades eram desenvolvidas de segunda à sexta-feira, no período matutino, durante vinte e oito dias.

Ao final do Programa, houve uma formatura e os policiais foram reintegrados nas suas respectivas unidades de origem para o desenvolvimento de suas funções.

Na segunda semana, iniciamos as entrevistas com os policiais que colaboraram e forneceram importantes informações durante os encontros que se realizavam dia a dia. Foram realizadas oito entrevistas e a gravação não foi autorizada pelos sujeitos, porque isso gerava certo grau de ansiedade associado ao rigor do regime disciplinar, que de certa forma impõe o silêncio e reveste as relações de medo e de receio do erro. As entrevistas aconteceram no setor de

psicologia, tiveram duração aproximada de uma hora e foram semi-abertas e estruturadas a partir da escolha profissional e aspectos do trabalho causadores de sofrimento e prazer. Elaboramos os relatórios, tão logo, concluímos cada entrevista<sup>3</sup>. Foi feito, ainda, o contrato assegurando o sigilo de identidade e os sujeitos assinaram o Termo de Compromisso e Consentimento, por isso, a fim de preservar a identidade dos entrevistados, atribuímos nomes fictícios e omitimos suas idades e graduação militar. A seguir, apresentaremos os policiais entrevistados e os motivos do seu encaminhamento ao Programa:

- João, encaminhado ao Programa por envolvimento em ocorrência de alto risco;

- Pedro, encaminhado ao Programa por envolvimento em ocorrência que levou à morte do combatido;

- Batista, também se envolveu em ocorrência que ocasionou a morte do combatido;

- Mario sofreu acidente automobilístico com a viatura;

- Tiago, encaminhado ao Programa por envolvimento em ocorrência de alto risco.

- Maria envolveu-se em ocorrência que levou à morte do combatido;

- Fátima, encaminhada ao Programa por envolvimento em ocorrência de alto risco;

- Gabriel, encaminhado ao Programa pelo superior hierárquico.

---

<sup>3</sup> Conferir anexo

#### **4.6. Procedimento de análise dos dados**

A fim de analisar os relatos obtidos nas entrevistas, seguimos os passos relacionados abaixo:

- Leitura atenta das entrevistas;
- Releitura dos relatos sublinhando os aspectos inerentes aos nossos objetivos;
- Análise individual das entrevistas estabelecendo relações entre os relatos dos sujeitos e os aspectos teóricos enfatizados na referida pesquisa. Em seguida procedemos à análise geral das entrevistas sob o ponto de vista da escolha profissional, contato com o trabalho e reconhecimento social e institucional.

## Capítulo 5

### Análise dos Dados

O objetivo deste quinto capítulo é realizar a análise individual das entrevistas, articulando os relatos dos sujeitos com as considerações teóricas apresentadas no capítulo terceiro. Em seguida, realizaremos uma análise geral das entrevistas sob os aspectos da escolha profissional, contato com o trabalho e reconhecimento social e institucional.

**João**, a exemplo do pai e dos avôs, seguiu a carreira militar. Ele relata que sua escolha sofreu a influência destas pessoas:

Meus avôs eram militares e meu pai é oficial. Sempre há uma identificação com as pessoas importantes da nossa história. Tive possibilidade de estudar fora do país, mas quis seguir a carreira militar.

João teve a chance de romper com a tradição familiar, entretanto, optou pela Academia Militar e tornou-se oficial, ocupando um lugar de comando na tropa, ou seja, tornou-se mais um representante da família na instituição, que apesar das suas variações apresenta um caráter duradouro no tempo e no espaço, eterna por sua própria constituição e por este motivo exerce uma atração sobre os indivíduos, que buscam na instituição a eternidade, onipotência e realização de desejos, tal como foi abordado por Pagès (1987, p. 179).

A sua escolha pode ser o reflexo de um processo de identificação que decorre do Complexo de Édipo. Neste caso, a identificação pode emergir da repressão da escolha do objeto permitindo que o ego assumia suas características,

ou pode ser, ainda, baseada no desejo de ocupar o lugar daquele que foi tomado como modelo, isto é, a transformação de um sentimento hostil numa ligação afetiva positiva.

Vale ressaltar que conforme a concepção freudiana, a criança dos 03 aos 05 anos de idade apresenta uma organização fálica da libido e odeia o genitor do sexo oposto, que impede a satisfação da paixão incestuosa e, a partir deste conceito de Complexo de Édipo, Freud delineou os processos de identificação e diferenciação sexual, associados à experiência da castração e, ainda, inscreveu o sujeito no seu percurso de busca de respostas aos enigmas da sua origem, destino e identidade sexual. A angústia da castração entreabre para o sujeito a possibilidade de duas modalidades conflitantes de subjetivação: uma delas marcada pelo Ego Ideal e a outra, pelo Ideal do Ego. A passagem do Ego Ideal para Ideal do Ego ocorre mediante um limite na onipotência originária do sujeito, que passa a reconhecer a existência de um ideal que lhe transcende, que representa o caminho para que o sujeito assuma o seu desejo.

A identificação passou a ser concebida como um mecanismo psíquico constitutivo do ego e sob esta perspectiva, Freud pôde enunciar que não há diferença entre a psicologia individual e coletiva:

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado

mais inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (FREUD, 1920 –1922, volume XVIII, 1996, p.81)

Tendo por base esta perspectiva, o Complexo de Édipo impõe ao sujeito a sua inscrição num sistema de filiação e de dívida simbólica em razão dos processos de transmissão que lhe fundam. Portanto, as identificações e os desejos de perfeição dos pais se tornam um objetivo a ser alcançado pelo sujeito, influenciando na definição do seu futuro profissional.

João concluiu que o processo de formação profissional é uma experiência que requer sacrifícios pessoais e dedicação:

Na Academia foi muito puxado, principalmente para quem vem de outras cidades, fica longe da família. Na Academia forma-se vínculos importantes, parecem membros da mesma família. Contudo, também há rivalidade, pois os melhores classificados têm a chance de escolher onde querem trabalhar e isso influencia a carreira toda.

Os membros do grupo, unidos pelo mesmo objetivo e dificuldades, estabelecem fortes laços emocionais e a instituição torna-se um lugar de filiação e pertença. Os componentes hostis decorrentes desta relação fraternal encontram expressão na rivalidade, uma vez que todos desejam corresponder às expectativas e se aproximar ao máximo da figura preconcebida de policial ideal, o que será mensurável e avaliado constantemente. Aproximar-se deste ideal significa obter o reconhecimento dos pares e vantagens que se estenderão ao longo da carreira militar.

Em outras palavras, a busca da perfeição equivale à busca de um Ideal de Ego comum à todos e isso possibilita que os membros do grupo se identifiquem

uns com os outros em seu ego. Isso vai transformá-lo no melhor filho diante do pai representado pela figura do comandante, ou até mesmo, pelos aspectos ideológicos da instituição, que podem ocupar o lugar do líder.

Conforme foi abordado por Freud em **Psicologia de massas e análise do ego**, a coesão do grupo depende do estabelecimento destes vínculos emocionais tanto no plano vertical como horizontal da estrutura hierárquica, que define os papéis de cada um na instituição. Entretanto, ainda existem os fatores externos que impedem a desagregação e a alteração desta estrutura, os quais são determinados pela ideologia e regulamento disciplinar.

Com relação aos perigos da profissão, João considera-os como algo próprio do trabalho e demonstra confiança na sua competência técnica para lidar com as situações que colocam em risco a sua vida e a de outras pessoas: *“Ir para as ruas, enfrentar os perigos é visto como uma coisa normal, para a qual o policial foi preparado”*.

João, ao abordar este tema, reproduz um chavão que não autoriza a expressão do seu conteúdo subjetivo a respeito dos perigos e da violência que fazem parte do seu cotidiano, pois, incorporou o modelo institucional em que o policial não deve pensar nos riscos, apenas ter coragem para enfrentá-los porque este é o seu trabalho.

Quanto aos aspectos gratificantes do trabalho, João aponta para a necessidade de obter o reconhecimento da população e dos pares. Conforme Dejours (1996), é o reconhecimento do trabalho que possibilita firmar a identidade do indivíduo, que por um breve momento consegue suspender angústias e sentir



prazer. Entretanto, o policial relata que apesar do seu esforço nem sempre isso ocorre:

Há situações que isso não acontece, o policial faz um serviço bem feito, corre um risco, enfim, mas a vítima mal olha no rosto do policial. Isso é ruim, pode chegar a despertar até uma ira. Mas, é a nossa função não podemos depender disso para trabalhar.

A fala do sujeito revela sua indignação diante da falta de reconhecimento social, porém, não manifesta a indignação em razão da interiorização do discurso ideológico que o torna um bom policial: *“Um comandante não pode desanimar, reclamar da vida, tem que manter o entusiasmo e seguir a diante”*.

Conforme Pagès (1987, p.86) a ideologia e as práticas ideológicas servem para reforçar a imagem positiva da instituição e não permitem que o indivíduo se conscientize das contradições políticas e sociais dela. O indivíduo colabora com a ideologia se tornando seu agente de difusão em razão de ter acreditado nessas idéias que respondem às suas dúvidas e inquietações mais profundas.

**Pedro** ingressou na carreira militar antes da Constituição de 1988 e presenciou transformações sociais e políticas do país, que resultaram em modificações na instituição e na postura profissional do policial. Em outras palavras, a atuação do policial na sociedade resistiu ao tempo; entretanto, o discurso ideológico que permeia suas ações foi sendo moldado a fim de atender aos fins políticos e sociais vigentes:

Naquela época a polícia era Estado e hoje, mudou a visão, é Empresa. Acho difícil ver a polícia como empresa. Foi uma mudança de 360°. Veja algumas fitas com as entrevistas do Secretário de Segurança Pública, Erasmo Dias, você vai entender esta transformação. Ganhamos algumas coisas com esta

mudança, mas também perdemos muito. Falam em depurar a polícia, não querem que a gente passe a nossa ideologia para os novos policiais. Preferem que a gente faça o trabalho administrativo.

Pedro, enquanto policial, representa uma produção anterior à Constituição de 1988, portanto, perdeu sua utilidade nas ruas e a sua experiência é vista como algo nocivo capaz de se propagar entre os novos membros da instituição. Sua fala faz referência a uma atuação mais militar do que policial, que no passado deveria ser captada a fim de obter reconhecimento institucional. Deste modo, percebe-se que Pedro foi útil num determinado momento histórico, mas agora ele se sente relegado, pois, os seus modos de atuação podem causar embaraços à instituição e contrariar a propaganda do Estado a respeito da Segurança Pública. Em vista disso, ele nos exhibe uma polícia heterogênea que corresponde a dois momentos históricos diferentes, revelando a importância política na produção de subjetividades e dispositivos de poder.

Entretanto, independente da época, a polícia continua passível de arbitrariedades e é submetida a mecanismos rígidos de controle marcados pelo regulamento disciplinar, corregedoria e práticas de Justiça:

Mas, hoje está difícil trabalhar, não temos dispensa recompensa, não temos o reconhecimento pelo trabalho bem feito, uma ocorrência simples pode ter um desdobramento e nos expor muito, ainda mais agora, que os nossos casos estão sendo avaliados pela Justiça comum, são pessoas que não têm a competência técnica, não sabem o que é estar no lugar do policial. Tem gente que não gosta de polícia, porque tem uma visão distorcida a nosso respeito, devido ao contexto histórico. Agora passou, vivemos em outra época. Muitas vezes a palavra do “vagabundo” tem mais valor que a nossa. Ainda pega um Promotor que tem o dom da oratória, já junta o regulamento que é rígido e não admite erros...

Pedro nos apresenta uma situação pouco privilegiada em relação ao passado, quando os crimes militares não eram submetidos ao julgamento da “Justiça comum”, ou seja, o policial recuperou a igualdade em relação a outro civil, mas ainda continua sob uma situação coercitiva, pois vive sob a ameaça de punições determinadas pelo regulamento disciplinar.

Além disso, o policial encontra-se numa posição contraditória, porque apesar de ser teoricamente um representante da lei no exercício da sua função, perante o Juiz ele recebe o mesmo tratamento que o transgressor e a sua palavra não inspira confiança, portanto, ele sente-se depreciado. Isso gera descrença com relação à Justiça e a sua capacidade de avaliação das situações vivenciadas pelo policial. Em contrapartida, surge a oportunidade do policial ser reconhecido como um ser falível, igual às outras pessoas, desmilitarizando-o e anulando à crença de que ocupa posição superior ou acima de qualquer suspeita.

Ainda assim, Pedro prefere o trabalho na rua ao administrativo:

Meu lugar é na rua. Acho que estou perdendo tempo aqui. É bom conversar, ficar com os colegas, mas poderia estar na rua. O policial é um caçador em companhia dos colegas, na sua nave em busca da ordem (...) Mas, o bom policial não quer saber, está na rua para trabalhar, faz o que tem que fazer, mesmo que isso implique em colocar em risco a própria vida ou a vida do infrator. É claro que ninguém quer isso, mas no calor dos acontecimentos ninguém sabe o que pode acontecer. Eu mesmo já fui baleado duas vezes.

Pedro acredita que a polícia possui um papel relevante na sociedade e é nas ruas que ele encontra a possibilidade de aproximação desta fantasia e a oportunidade de identificar-se com a profissão e fortalecer sua identidade. Sua fala

também assinala a importância dos laços emocionais entre os parceiros de equipe e relações estabelecidas com a instituição:

Mesmo assim, há um amor pela farda, pela unidade que trabalhamos, um laço entre os colegas e isso é muito gratificante. Integrar um grupo, fazer parte da instituição.

A identificação entre os membros do grupo permite que ele encontre para si a segurança necessária para se tornar um caçador, que também pode ser caçado. Para esclarecer esta assertiva, vamos nos reportar ao texto de Freud que fala sobre os processos de identificação do grupo:

O que aprendemos dessas três fontes pode ser assim resumido: primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; segundo, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio de introjeção do objeto no ego; e, terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de instinto sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum, mais bem sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço. (FREUD, 1920-1922, volume XVIII, 1996, p.117).

Em consequência, Pedro valoriza a instituição e denota orgulho em fazer parte dela, pois é neste contexto que encontra a solidariedade e a irmandade, onde um reconhece a identidade do outro.

Pedro também apresentou os aspectos menos gratificantes da profissão:

A maioria dos policiais faz “bico” e isso também é uma casa de desgaste, faltam horas para o lazer com a família e até mesmo para dormir. Todos nós queremos dar condições melhores para nossas famílias, porém isso abala os relacionamentos. É muito comum o divórcio entre os policiais. Alguns se perdem em dívidas, partem para o alcoolismo e outros podem chegar ao suicídio.

Os baixos salários motivam os policiais à exercerem outras atividades remuneradas nas horas de folga, o que causa desgaste físico e mental, pois sacrificam horas de sono e lazer, o que também interfere nos relacionamentos afetivos.

O divórcio, o alcoolismo, as dívidas, o suicídio, etc, tudo está incluído no cenário vivenciado por Pedro, que associa estes fatos às condições de trabalho do policial.

Entretanto, ele não manifesta motivação para lutar pela transformação destas condições de trabalho, porque foi treinado para suportar e se calar, encarar o revés como algo inerente à profissão, demonstrando uma situação de dominação exercida pela instituição e por um regulamento disciplinar que não deixa brechas para o policial ser diferente.

Agir conforme estes preceitos que Pedro chamou de “doutrina”, significa corresponder a um ideal, que é a condição necessária para integrar a instituição. Neste caso, o ideal preconizado equivale ao Ideal de Ego dos componentes da instituição. Trata-se de uma imagem de perfeição, em que tudo está no seu devido lugar, e esta imagem representa uma recusa do indivíduo diante da confrontação com a morte e sofrimento.

O indivíduo se protege de suas angustias arcaicas construindo um Ego Ideal que encobre a sua fragilidade diante da instituição poderosa e inabalável, a qual é fonte de satisfações material e simbólica, mas também impõe limites a sua vida pessoal. A instituição por meio dos seus mecanismos de controle intimida o indivíduo porque pode constituir uma ameaça a sua integridade física e mental. Diante disso, o indivíduo se defende contra o sofrimento e agressividade,

desenvolvendo um desejo de onipotência e projetando este desejo na instituição, com a qual se identifica. O sofrimento é reprimido e a agressividade é canalizada para outros aspectos da sua vida e para o próprio sujeito. Forma-se, então, um ciclo fechado em que as vantagens oferecidas pela instituição levam ao sofrimento e vice-versa.

Esta relação com a instituição evoca a relação dual que o indivíduo estabeleceu com a sua mãe. A relação dual foi interrompida pela interdição, a qual introduziu o desejo de busca pela mãe perdida. Interiorizar a Lei significa aceitar a limitação da existência e a submissão ao tempo e à morte, mas é o que possibilita ao sujeito a construção de uma existência singular e é o que lhe entreabre a possibilidade de relações intersubjetivas de alteridade. O Ideal do Ego seria uma tentativa de recuperação da onipotência perdida e nasce da experiência da castração. A instituição torna-se um objeto de desejo idealizado, isto é, ela substitui o Ideal do Ego do sujeito pelas perfeições que apresenta e que o sujeito deseja no seu próprio Ego.

A busca do indivíduo pelo ideal de perfeição faz com que ele se submeta à dominação e à obediência aos valores instituídos. Enquanto que a punição surge em decorrência da falta de identificação com os valores instituídos e remetem simbolicamente o sujeito à angústia da castração e a perda do amor da mãe. Desta forma, o indivíduo está ligado aos discursos ideológicos da instituição por laços psicológicos que escapam à sua consciência e por isso, a instituição exerce sobre ele tanto poder.

De forma que um policial vigia o outro e a si mesmo:

Não cabe a nós, mas policiamos uns aos outros. Quem é bom policial não gosta de coisa errada e quem quer continuar fazendo parte tem que seguir a doutrina. Não são admitidos erros de nenhuma ordem para ser aceito no grupo, tem que ser assim. Porque um depende do outro, a sua vida muitas vezes depende da atenção do seu parceiro de equipe.

Qualquer atitude que represente um desvio desta “doutrina” implica em transgressão disciplinar, isso significa, ainda, que ele poderá ser tratado como um “reles” pelo próprio grupo, sob o argumento de que qualquer erro coloca em risco a sua própria vida e a vida de um colega.

Neste contexto não há espaço para a diferença, porque o sujeito está preso a uma rede intrincada de pressões e dispositivos de poder que atuam sobre o seu corpo e a sua mente. Resta-lhe seguir a risca o que lhe foi determinado, ceder à dominação, interiorizando os valores do regulamento e, desta forma, correspondendo ao ideal de “bom policial”.

**Batista** escolheu a carreira de policial militar baseado na idealização da profissão:

Meu pai me deu estudo. Fiz Senai e poderia estar bem por aí, mas quis ser policial. Para ter uma idéia a minha mãe já foi conhecida como “freguesa do Pronto Socorro” de tanto que aprontei na infância. Na família não há policial, mas eu sempre tive esta vontade. Era como ser herói, tem a ver com isso. Ficar do lado do bem.

Neste caso, o policial é visto como alguém capaz de salvaguardar a sociedade tal como o herói, que seria representado por uma figura honesta e dedicada, lutando sempre contra às forças do mal no seu cotidiano, sustentado por aventuras honrosas e pertencente a um seleto grupo com histórias de glórias e

tragédias no cumprimento do seu dever, nem que para isso fosse necessário sacrificar a vida pessoal.

Entretanto, quando ingressou na carreira militar passou a conhecer a verdadeira dinâmica da instituição, relatando que este foi um fato social que demarcou profundas transformações na sua vida, visão de mundo e atitudes:

A doutrina, a farda, o regulamento, tudo isso transforma o homem. Muda a postura, muda a visão de mundo, muda tudo. Para ter uma idéia, no álbum de foto do meu casamento não tem nenhuma foto minha sorrindo. Incrível, não é? Mas a polícia muda a gente.

Batista percebe a mudança da sua subjetividade, visto que deixou de ser um cidadão comum e passou a ser identificado e a se identificar como policial militar, incorporando proibições e se afastando do mundo civil por meio de comportamentos homogêneos, que caracterizam a identidade veiculada pela instituição. Este fenômeno foi descrito por Pagès da seguinte forma:

Reativando um antigo desejo profundamente enraizado em cada indivíduo, entre o Ego e o ideal de onipotência e de perfeição, a organização favorece uma regressão coletiva ao narcisismo primário e provoca o desaparecimento do Superego. Este não desempenha mais o seu papel, enquanto instância crítica, de ser o guardião da moral do indivíduo, meio e sua cultura. Em compensação, o indivíduo se encontra com uma consciência extrema para se tornar conforme às exigências da organização, ao desejo da mãe. O Id toma posse do aparelho psíquico, juntamente com o Ego Ideal que procura realizar a fusão com a mãe onipotente e a restauração introjetiva do primeiro objeto do amor perdido. (PAGÈS, 1987, p.60).

Em outras palavras, a instituição representa fortes restrições à manifestação da sua singularidade e oferece grandes vantagens simbólicas, que correspondem às suas necessidades mais arraigadas, levando o indivíduo a uma contradição interna, a qual não compreende a origem e não encontra meios de reação.



São as vantagens simbólicas oferecidas pela instituição que fazem com que ele se submeta aos seus princípios de dominação. Contudo, em certa medida, o policial é capaz de notar os processos de sujeição a que é submetido e o poder de dominação que o regime disciplinar exerce sobre sua vida:

Lá onde trabalhamos o pessoal é unido e pelo menos uma vez por semana a gente sai para jogar futebol, fazer churrasco, qualquer coisa para esquecer a polícia, tentamos separar um pouco. Mas, há dias que é difícil. Chego em casa e já aviso minha esposa que não estou bem, não quero ver e nem conversar com ninguém. Prefiro fechar a janela e dormir. Já tem os “bicos” que não são fáceis, trabalhamos nas folgas e o trabalho por si só já é desgastante. Trabalho noturno, não tem feriado ou final de semana.

Batista relata sobre a vã tentativa de se desvencilhar da intrincada rede de relações que estabelece dentro e fora do quartel, ele nos diz: “(...) *qualquer coisa para esquecer a polícia*”. Porém, a ideologia da instituição foi incorporada de modo incisivo e ele não consegue captar a contradição que permeia suas ações, pois, o seu círculo de amizades é formado por outros policiais, nega-se ao lazer para se dedicar ao trabalho e busca o refúgio no sono, ou seja, só consegue viver em função da instituição.

Batista apresenta a repressão pulsional, tal como foi abordada por Dejours (1996), trata-se de um mecanismo defensivo criado diante da impossibilidade de manifestação da espontaneidade em razão dos modos prescritos de atuação. Neste caso, a repressão pulsional teve sua origem nas pressões vividas no trabalho que visam enquadrar o sujeito nos moldes preconcebidos da figura do policial. Este mecanismo tem efeitos nocivos sobre a sua individualidade e que se estendem à sua família:

Quando as crianças fazem sua luta psíquica do pai que trabalha, elas aprendem, por sua vez, precocemente, a cultivar a paralisia do funcionamento psíquico. O equilíbrio pode assim ser obtido sob a condição de uma identificação das crianças, e do cônjuge, com a economia psíquica do pai que trabalha. Em função disso, é todo o desenvolvimento psíquico da criança que corre o risco de ser atingido, com o risco capital, para essa última, de orientar sua organização mental no sentido de um pensamento operatório inevitavelmente associado, também aqui, a uma grande vulnerabilidade somática. (DEJOURS, 1996, p.164).

Quando Batista volta para a sua casa, depois de um dia exaustivo de serviço, não deixa de ser polícia. Retira a farda, mas os outros fatores que o tornaram policial permanecem no seu corpo, na sua subjetividade, ele vai carregá-los para sempre como marca indelével do seu ser.

A repressão psíquica não permite que ele deixe as suas preocupações nas ruas ou no quartel; tudo aquilo que foi vivenciado por ele no trabalho se propaga como som e é reproduzido nas suas relações familiares e sociais. Afinal, a vida de um homem não é um filme de ficção científica, no qual a transformação depende de um elemento qualquer, visto que o indivíduo está ligado a instituição por laços materiais, morais e psicológicos. A instituição determina os mecanismos de defesa do indivíduo e ele reproduz a instituição por razões que escapam a sua consciência.

Batista é um homem que está sempre em ação, mesmo nas horas de folga continua exercendo o seu papel de policial (bicos) e, portanto, a participação no Programa significa frustrar o seu papel institucionalizado:

Agora por exemplo, estou no Programa, está sendo bom. A gente está aí, com os colegas, conversa, tudo bem...Mas dá uma sensação de inutilidade, poderia estar na rua trabalhando. Mas se o teste indicou que eu preciso ficar aqui, eu fico.

Batista foi encaminhado ao Programa por envolvimento em ocorrência que ocasionou a morte do infrator. Esta situação é prevista no exercício da sua profissão, que pressupõe o confronto corpo a corpo e pode ocasionar a sua própria morte ou a de outrem, portanto, ele recebeu o treinamento necessário para enfrentar tais situações e não se sentir pessoalmente culpado pelos possíveis desdobramentos das ocorrências.

Para ele, contudo, participar do programa significa fazer uma pausa na realidade. Esta interrupção acontece num momento marcante da sua trajetória enquanto policial, porque recentemente vivenciou uma situação semelhante a uma disputa em corda bamba e em questão de segundos alguém perdeu a vida. Esta pausa pode trazer à tona a reflexão e a irrupção dos seus sentimentos, que são encobertos pela força da ideologia da instituição:

E assim, quando saio para trabalhar beijo a minha esposa, meus filhos, não sei se volto, se aquele será o último beijo. E a minha esposa tem consciência disso. Sou assim, gosto das coisas certas, não gosto de briga, falo pouco. Mas, se tiver que deter alguém ou tiver que trocar tiros farei isso. Porque esta é a minha função, fui treinado para isso e de preferência para continuar vivo. Temos um lema: “quem não vive para servir, não serve para viver”. Isso significa que tem gente que não merece viver. Não pretendo fazer justiça com as minhas próprias mãos, mas em razão do meu trabalho isso pode acontecer.

O lema apresentado indica a força dos aspectos ideológicos da instituição que por um lado leva à submissão do policial, o qual deve servir aos interesses do Estado para merecer a vida e, por outro lado, menospreza a vida do combatido, que supostamente não tem utilidade para a sociedade. Portanto, se a morte do infrator vir a acontecer durante o combate, o policial não precisará sofrer. A responsabilidade pela morte de alguém é suportada às custas da renúncia do seu

raciocínio, encoberto pela força ideológica. De outra maneira, não sobreviveria na instituição, pois a reflexão possibilitaria a ruptura com uma forma de pensar estereotipada. Consideramos que um lema é apenas algo que se repete, que cansa de ouvir e de dizer a fim de negar a subjetividade e obter o reconhecimento institucional, no entanto, somente quem viveu tal experiência poderá dizer qual é o seu verdadeiro significado.

A repressão pulsional permite que Batista prossiga a sua trajetória sem realizar muitos questionamentos e não veja a necessidade de se afastar das ruas, assim preferindo continuar o mesmo ritmo de trabalho, sem a interrupção realizada pelo programa.

Quanto aos aspectos gratificantes do trabalho, menciona o desfecho da ocorrência:

Para mim, a maior gratificação deste trabalho é o serviço bem sucedido. Quando tudo acaba bem. Quando ouço um simples muito obrigado, isso é muito importante para mim.

Quando fala do “*serviço bem sucedido*” faz alusão ao passado, quando identificava o policial com a figura do herói que necessita do reconhecimento social para contrabalançar as limitações impostas a sua vida pelo exercício da profissão e assim, encontra espaço para o fortalecimento da sua identidade, tal como foi abordado por Dejours (1996):

O reconhecimento é a retribuição fundamental da sublimação. Isso significa que a sublimação tem um papel importante na conquista da identidade. Reconhecimento social e identidade como condição da sublimação conferem a essa última uma função essencial na saúde mental. (DEJOURS, 1996, p.159)

Diante do reconhecimento o indivíduo retoma as questões sem respostas relacionadas ao seu sofrimento e sente prazer no trabalho.

**Mario** relata que ingressou na carreira militar visando ao cargo de oficial. Para alcançar o seu objetivo foi necessário estudar muito e ser aprovado na prova da FUVEST, na qual obteve bons resultados. Ocorre que Mário foi reprovado nos testes psicológicos e continua ocupando o cargo de soldado:

Não sei se estes testes são justos. A pessoa vai bem numa prova que não é fácil, FUVEST e fica no teste psicológico. A gente fica se perguntando: será que sou meio louco, o que tem de errado comigo? Foi a mesma coisa quando fui encaminhado para o Programa, o pessoal fala: “ta´mal, reprovou no psicológico”. Porque estar aqui significa que não foi bem no teste psicológico.

Mario aponta que os testes psicológicos são marcados por um enigma, pois os policiais não sabem em quais aspectos estão sendo avaliados, pressupondo que não correspondem a um padrão pré-estabelecido, o qual também desconhecem. Além disso, os testes intimidam porque revelam ao psicólogo e à instituição algo sobre a sua subjetividade, algo que ele próprio ignora e que permanece no seu desconhecimento: *“será que sou meio louco, o que tem de errado comigo?”*.

Os testes psicológicos são compreendidos sob o eixo da razão-loucura, por isso, o sujeito que não foi “aprovado” no teste pode ser tomado como alvo de chacota pelos membros do grupo e, no caso de Mario, ele próprio fica em dúvida em relação a sua sanidade mental. Desta forma, os testes psicológicos ocupam um lugar entre as estratégias de poder que atuam sobre o corpo e a mente do policial.

Mario foi encaminhado ao Programa por envolvimento em ocorrência de alto risco, que ocasionou acidente automobilístico, colocando em risco a sua vida e a do seu colega:

Não morri por sorte, mas, o meu amigo ainda está de restrição médica. Fiquei com cicatriz no rosto e um trauma no abdômen. Quem viu a viatura não acredita que sobrevivemos.

Ele atribui ao acaso o fato de ter sobrevivido ao acidente, e durante o relato da ocorrência assinala a imprevisão que perpassa o seu trabalho:

A princípio foi uma ocorrência aparentemente simples, de perturbação do sossego. Quando chegamos no local, um terreiro de candomblé, encontramos pessoas feridas, caídas no chão, sangue espalhado por toda a parte... Em seguida, fomos informados que se tratava de um roubo e passamos a diligenciar atrás dos meliantes.

Mario pondera sobre as condições que colocam em risco a sua vida:

Muitas vezes me questiono se vale a pena o risco, porque tenho amor à vida e sentir que ela está por um triz provoca muitos questionamentos. Mas, esta é a profissão que escolhi para a minha vida. Não consigo me imaginar fazendo outra coisa. A minha nota de vestibular na FUVEST para a Academia do Barro Branco é alta e eu poderia com tranquilidade fazer outra faculdade pública. Mas quero seguir a carreira militar, ser policial me traz muita satisfação, quando uma ocorrência acaba bem. Quando penso que tem um criminoso a menos nas ruas, que contribui com isso, sinto-me bem.

Mario escolheu a carreira de policial militar com todas as vicissitudes que ela abrange. A carreira militar é o seu objetivo, apesar da possibilidade de traçar outros caminhos para a sua vida, visto que ele associou o exercício da sua profissão ao desejo de zelar pela sociedade, e isso funda suas relações intersubjetivas e entreabre a possibilidade de estabelecer a ressonância simbólica na esfera do trabalho, tal como foi abordada por Dejours (1996):

(...) o sujeito pode graças a ressonância simbólica, encontrar no trabalho a ocasião de retomar, lá onde as havia deixado, as questões sem resposta que produzem na organização da sua personalidade uma brecha: zona de fragilidade para seu equilíbrio psíquico e sua saúde mental, mesmo somática”. (DEJOURS, 1996, p.159)

Em outras palavras, quando Mario participa de uma ocorrência que tem como desdobramento a prisão de um criminoso, ele sente prazer em ser policial e isso fortalece a sua identidade.

**Tiago** ingressou na carreira militar tendo em vista o salário e a estabilidade no emprego, ou seja, realizou uma escolha profissional atrelada às condições sociais e econômicas do país. Sabemos que, atualmente, qualquer concurso público é muito concorrido e o da Polícia Militar não é diferente, contando com grande número de inscritos por vaga. Visto que em decorrência da reestruturação produtiva, baseada nas idéias neoliberais e de globalização, cresceram o desemprego e subemprego e, desta forma, o ingresso no setor público se tornou atrativo pela estabilidade e outros benefícios legais cada vez mais escassos no setor privado:

Faz pouco tempo que sou policial. Sou soldado e escolhi esta profissão por causa do salário e da estabilidade no emprego. Exerci muitas profissões antes de resolver prestar concurso para a polícia.

Quando ingressou na carreira de polícia militar, notou transformações na sua subjetividade:

Antes de entrar para a corporação você é uma pessoa e depois se torna outra. No curso de formação a gente aprende muita coisa: noções de direito, ética profissional, defesa pessoal, instrução sobre o uso de arma de fogo, etc. Uma das coisas que marcou no curso foi uma visita ao Presídio Militar. Qualquer um se

sente apavorado diante da possibilidade de ficar preso. Se aqui fora a vida já é pautada pelo rigor disciplinar, lá é mais rigoroso ainda.

Quando ingressou na carreira foi destituído dos seus valores e crenças para incorporar os valores previstos pela instituição, que são perpassados por um ideal de homem. Conforme Pagès:

A instauração de um sistema de valores prolonga a codificação das práticas no plano das representações, tendo como principal função a legitimação do sistema de regras. Este sistema de valores constitui o quadro de referências no qual os indivíduos elaboram as representações do que foi vivido. E ele fornece os princípios fundamentais segundo os quais os indivíduos orientam suas ações. É também a base onde se regulam as relações interpessoais e se baseiam as comunicações e trocas. (PAGÈS, 1987, p.77)

A partir daí, suas relações com os membros da instituição e com a sociedade se revestem de medo, visto que os erros podem ter como consequência o cerceamento da sua liberdade. Portanto, Tiago deve estar sempre vigilante aos ideais difundidos:

Nós éramos recrutas entrando em contato com o regulamento disciplinar pela primeira vez. Saímos de lá com medo, porque o regulamento é muito rígido e você pode ser punido por qualquer motivo. Então, aprendi que na polícia tem que ficar atento o tempo todo e saber com quem anda para não ser responsabilizado por coisas que você não fez.

Além do regulamento disciplinar existe, ainda, a pressão do grupo sobre o indivíduo, esta pressão exerce uma ação de intimidação sob o argumento de que os erros colocam em risco a vida de todos os componentes da instituição:

Nas ocorrências também tem que ter atenção, porque a sua vida e a vida do seu colega dependem disso. Por isso, os colegas não admitem erros, atraso, ou que você fale alguma bobagem. Eles "zoam" mesmo e você fica de "escanteio", ninguém mais vai querer trabalhar com você.



Desta forma, tanto o regulamento como o grupo exercem um papel na padronização de condutas, na limitação da liberdade e na manutenção da coesão grupal:

Mas se você souber integrar o grupo, tudo bem. Um policial protege o outro, há uma lealdade grande, como se fossem membros da mesma família.

Com relação à hierarquia, o entrevistado relata que se trata de uma força contra a qual o soldado não tem capacidade para lutar, ao contrário, deve aceitá-la com resignação e cumprir às ordens recebidas sem questioná-las a fim de evitar que um oficial fique no seu encalço, o que acarretaria prejuízos para a sua carreira e vida particular:

Há também o controle da hierarquia. Quanto a isso, você não pode questionar muito. Tem que cumprir a ordem e pronto, porque se um oficial fica com raiva de você, fica pior ainda.

De acordo com Dejours (2000, p. 75), os líderes de ações injustas seriam essencialmente perversos e paranóicos. O primeiro, perverso, funciona a partir de um registro antagônico, de forma que em alguns momentos age conforme a moral e em outras circunstâncias, ignora a moral. Enquanto os paranóicos seriam aqueles que cometem injustiças em nome do bem. Todavia ambos apresentam distúrbios do senso moral.

Em outras palavras, o soldado aprende a linguagem coercitiva que o silencia diante da forte hierarquização e impede as relações de igualdade com o superior hierárquico, o qual poderá se prevalecer deste lugar privilegiado para satisfazer seus humores, de acordo com Dejours:

Se, por um lado, as condições de trabalho têm por alvo principalmente o corpo, a organização do trabalho, por outro lado, atua no nível de funcionamento psíquico. A divisão das tarefas e o modo operatório incitam o sentido e o interesse do trabalho para o

sujeito, enquanto a divisão de homens solicita, sobretudo relações entre pessoas e mobiliza os investimentos afetivos, o amor e o ódio, a amizade, a solidariedade, a confiança, etc. (DEJOURS,1994, p.126)

Com relação aos perigos da profissão, relata:

Acho que os riscos fazem parte da profissão, ninguém fica pensando nisso, senão não tem jeito de trabalhar. A gente sabe que tudo pode acontecer na rua, então, temos que estar preparados para isso. Esta é a nossa profissão, temos que enfrentar as situações. Quando ouvimos no rádio que está havendo uma troca de tiros ou uma coisa assim, a nossa reação não é de fuga, pelo contrário, é de ir para lá. A gente quer estar lá, ajudando o companheiro na ocorrência. A adrenalina vai para o sangue e nestas horas não pensamos em nada, só queremos resolver o problema. Um bom policial pode ter muitos dissabores na profissão: salário, problemas com o comando, desilusão em relação ao público, mas ele nunca foge de uma situação ou de uma ocorrência.

Neste trecho da entrevista, Tiago relata que o policial poderia até se acovardar diante de uma situação perigosa, contudo, são nestes momentos que ele sente o coração pulsar e entreabrir-se a possibilidade de firmar sua identidade, vislumbrando o reconhecimento institucional e social em consequência da expressão de coragem, que perpassa a figura preconcebida do policial ideal, o que assegura o processo de sublimação. Ainda, é no contato com o público e no calor dos acontecimentos que tomará decisões importantes e entrará em contato com a sua espontaneidade, isso foi tratado por Dejours (1994, p.24) quando se referiu a possibilidade do indivíduo gerir o trabalho conforme a própria economia do funcionamento psíquico que o conduzirá à ressonância simbólica e sublimação.

Por conseguinte, assinala a importância do reconhecimento institucional e social:

A sociedade não dá muito valor para a polícia, isso é ruim. Quando as pessoas não reconhecem o seu trabalho, mesmo que tenha sido bem sucedido, muitas vezes não recebemos sequer

uma palavra de agradecimento. O reconhecimento por parte dos nossos superiores também faz falta, dificilmente eles fazem um documento elogiando o nosso trabalho. Acho que isso é importante, motivador. Mas não tem problema porque a gente trabalha do mesmo jeito. Não sei se ajudei porque sou novo de polícia.

Visto que o reconhecimento possibilita ao indivíduo que o seu sofrimento seja suprimido e que ele sinta prazer em decorrência do seu trabalho, o que fortalece a sua identidade, conforme Dejours (2000, p. 34): *“Quando a qualidade do meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido”*.

**Maria** relata:

Escolhi esta profissão porque meu pai é policial. Meu pai teve duas filhas e minha irmã é psicóloga. Eu quis seguir a carreira do meu pai. Gosto muito dele e a gente se entende muito bem. Não sei se ele queria que eu fosse policial, acho que ele pensa que o serviço policial não combina comigo: sou magrinha, falo baixo e também sou muito emotiva. Gostava desde criança destas coisas de polícia. Via o meu pai fardado e, às vezes, ele me contava algumas passagens do seu trabalho, ficava encantada. Ele me colocou a par de todos os problemas que envolvem a vida de um policial. Entrei ciente do que iria encontrar. De fato, não tem sido fácil, mas quero ser oficial e seguir a carreira militar.

A escolha profissional de Maria consiste na possibilidade de dar continuidade do projeto de existência do seu pai através de um processo de identificação, considerando que uma existência inteira não é o suficiente para vivenciarmos as nossas angústias e anseios. No exercício da profissão, o seu objetivo é galgar melhores posições hierárquicas, e isso não basta, porque pretende também ser um oficial que reconheça e compreenda o subalterno,

suprindo as necessidades que o seu pai sentiu um dia e que ela própria está sentindo:

Quero ser oficial para ajudar os policiais subalternos. Tem muito oficial que não sabe o que passamos nas ruas, não dá valor, e muitas vezes comete injustiças. Quero ser oficial para mudar um pouco isso...

Porém, encontra muitas dificuldades decorrentes desta escolha e tem consciência de que não será fácil levar a cabo o seu sonho:

Mas não é fácil, porque estou fazendo cursinho a noite, perto de casa, e trabalho em outra cidade. Tenho que pegar três conduções para me deslocar e sempre chego atrasada e cansada nas aulas. Pedi para a minha superiora me liberar um pouco mais cedo, para não perder um dos ônibus e não chegar atrasada no cursinho. Ela não quis saber, policial feminina com ela não tem vez. O tratamento com homens é bem diferente, ela é mais tolerante e flexível com eles. Para mim ela disse: “ema, ema, ema cada um com seu problema”. Na hora senti vontade de chorar, mas seria pior mostrar fragilidade. Com o superior hierárquico não adianta discutir, porque com o nosso regulamento a gente sempre sai perdendo.

Maria relata que diante dos percalços não deve demonstrar fragilidade, porque o processo de militarização e todo o seu aparato não permite a expressão dos seus sentimentos e individualidade. Ela percebe o quanto às relações estabelecidas no quartel são marcadas pela opressão e dominação, resta-lhe apenas a obediência e o papel de quem nada pode. Entretanto, subjetivamente carrega a semente da subversão, pois pretende emergir da base hierárquica e romper com a posição imponente dos oficiais.

Por enquanto, Maria é presa fácil do aparelho institucional, porque além do regulamento disciplinar e das relações hierárquicas perpassadas pelo poder, o grupo também exerce um controle sobre o indivíduo, reproduzindo chavões que representam a ideologia da instituição:

Às vezes chego atrasada no trabalho, quinze minutos ou coisa assim, por causa do ônibus que atrasa. Não tem perdão. Lá tem um lago e eles me jogam na água com farda e tudo, só deixam tirar a arma. Às vezes, está frio e você tem que ficar molhadas até a roupa secar no corpo. A bota e a farda demoram a secar. Mas é assim mesmo, é uma forma do policial se manter na linha, porque nenhum erro ou falha pode ser admitido, porque um depende do outro para viver, por isso funciona desse jeito.

Em decorrência desta ideologia, o policial carrega um fardo pesado, sobretudo porque incorporou a idéia de que é responsável pela vida do colega de profissão.

Na medida em que esta ideologia possibilita a coesão grupal também atribui ao grupo poderes sobre o indivíduo isolado, que é fiscalizado sem interrupção. Os deslizes não passam impunes pelo grupo, que aplica castigos desproporcionais. Todavia, o policial concorda com o grupo e denota certa medida de submissão, infligindo a repreensão a si próprio porque incorporou o sistema de idéias da instituição e se tornou intransigente consigo e com os demais.

Maria também relata sobre o perigo iminente do seu trabalho:

Fui encaminhada ao programa porque numa troca de tiros, acertamos o infrator. Era a nossa vida ou a dele. Foi ruim atirar em alguém. Mas no momento você não pensa nisso, precisa agir, e às vezes, policial precisa fazer uso de arma de fogo para conter alguém, ou até mesmo para salvar a própria vida ou a do colega. Depois disso, vem uma série de complicações burocráticas para apuração dos fatos, isso também não é fácil de agüentar.

Maria revela que o exercício da sua profissão gera certo mal-estar, porque exige a disposição para matar ou morrer e fazer o uso da força física no contato corpo a corpo com o combatido. Além disso, o seu trabalho apresenta o peso das “*complicações burocráticas*”, referindo-se a formalização das ocorrências na própria instituição militar, Delegacia de Polícia e, posteriormente, no Fórum. Isso

exige dispêndio de tempo do policial que, muitas vezes, precisa permanecer na Delegacia além do seu horário de serviço e, outras vezes, é intimado nas horas de folga para comparecer ao Fórum. Também há o desgaste mental em decorrência de repetir várias vezes a mesma história nas diferentes esferas burocráticas, assinalando a importância do Programa nestes momentos críticos:

Ainda bem que tem este programa. Tem policial que não gosta, não se sente bem. Mas, eu não vejo como castigo ou punição. É bom sair um pouco das ruas, dar um tempo para colocar a cabeça no lugar.

Maria revela um sofrimento provocado pela organização do trabalho, visto que assume tarefas arriscadas do ponto de vista do corpo e da mente.

**Fátima** relatou que veio das camadas mais pobres da população e se tornar policial significava ter estabilidade no emprego e plano de carreira, o que lhe assegurava certa realização profissional e reconhecimento social:

Antes de trabalhar na polícia já fui balconista e fiz muitos “bicos” por aí, para obter uma renda e ajudar a minha família, que sempre foi muito pobre. Passar no concurso da polícia significou uma ascensão social na minha vida. Primeiro, porque nunca tinha tido um salário tão bom, mesmo ele sendo defasado do jeito que é, e também porque é uma profissão que tem um certo prestígio. Talvez não seja muito valorizada num nível mais amplo, mas do lugar de onde vim, passar no concurso e ter estabilidade no emprego significa muita coisa.

Sobre os aspectos gratificantes da profissão, relatou:

Quando visto a farda e saio na rua o que eu mais gosto de fazer é ajudar os pobres, os velhos e os desamparados de forma geral. É bom quando alguém recorre a mim, seja para pedir uma informação ou para solicitar um auxílio. Sinto-me importante. Por mais simples que seja, por exemplo, mostrar onde fica determinada rua, já me traz satisfação. É disso que eu mais gosto no meu trabalho. Sempre que posso ajudar as pessoas, eu ajudo. A farda me dá alguma influência neste sentido, alguma autoridade

para resolver algumas questões que o cidadão comum não consegue.

Fátima sente prazer em amparar aqueles que são de uma classe social desprovida porque ela própria pertenceu àquela classe e conhece suas necessidades. Agora, quando é solicitada pela população e presta auxílio, passa a ocupar um outro lugar nas relações intersubjetivas, pois, tornou-se alguém em condições de oferecer algo que um dia sentiu necessidade de receber. Fátima foi além do que a sua classe social lhe determinou, rompendo com padrões pré-estabelecidos através de um trabalho que lhe possibilita o reconhecimento social e fortalece sua identidade.

Contudo, apresenta o contraste da profissão, que parece lhe dar algo bom com uma mão e lhe retirar com a outra:

A parte difícil deste trabalho já devem ter falado para você...São as questões hierárquicas e a disciplina do regime militar. Um oficial, muitas vezes, se pode simplificar a sua vida, ele prefere complicar. Mas a gente tem que aprender conviver com isso. No começo, chegava em casa muito estressada, porque sou uma pessoa muito nervosa e impulsiva. Não podia descarregar as minhas indignações no trabalho, em cima dos oficiais ou dos colegas, o que seria uma transgressão disciplinar, muito menos, em cima da população que não tem nada a ver com os meus problemas, isso também seria uma arbitrariedade.

Fátima se sente acuada pelo regime disciplinar, pois as relações estabelecidas são de dominação e desestruturam suas relações psicoafetivas espontâneas, implicando em relações de agressividade para com a hierarquia e a necessidade de descarregá-la interfere nas relações familiares, denotando a exigência de uma repressão pulsional, a fim de manter os comportamentos preconizados pela instituição:

Então, sobrava para o meu marido, coitado! Ele não entende porque não é policial. Não tem obrigação de entender. Eu não

conseguia me desligar do trabalho, ainda mais que faço “bico” de segurança, ficava com estas coisas martelando na minha cabeça. Não tinha sono, o meu único assunto era polícia, fui ficando doente, fumava muito e fui ficando com depressão. Você deve saber que muitos policiais se matam, porque junta a depressão mais a disponibilidade da arma de fogo. Não cheguei neste ponto, mas quase que o meu casamento acabou. Também há um grande número de divórcios entre os policiais. As pessoas brincam, dizem que é porque os policiais são “sem vergonha”. Mas isso não é verdade, as separações são em decorrência do trabalho, que causa muita pressão e o policial, sem saber lidar com isso, leva os problemas para a sua casa. Isso dá uma sensação muito ruim, gera um sentimento de fracasso diante dos aspectos particulares da sua vida. Parece que você só existe para ser policial.

A fim de evitar um mal ainda maior, incorpora as proibições, silencia diante do que lhe parece injusto e resolve no plano da privacidade o que é das relações de trabalho, o que desencadeia a repressão psíquica, que funciona como mecanismo defensivo. O desenvolvimento de outras atividades remuneradas nas horas de folga contribui com a repressão psíquica, visto que continua desempenhando o papel social para o qual foi treinada: *“parece que você só existe para ser policial”*. A repressão psíquica abala a saúde e as relações familiares e Fátima indica que o perigo da sua profissão não é apenas no confronto com o combatido, mas, sobretudo nas relações de convivência intramuros, que colocam em risco a sua saúde mental que vai sendo minada aos poucos. Ela cita como exemplo as histórias de colegas de profissão marcadas pelo divórcio, depressão e suicídio.

**Gabriel** foi encaminhado ao Programa porque entrou em atrito com superiores hierárquicos:



Estou aqui por uma razão muito simples, não estou enquadrado no sistema. Aqui é assim, quem não se enquadra, isto é, quem não tem disciplina acaba sofrendo alguma punição.

Relatou que participou de ocorrência envolvendo apreensão de entorpecentes e em consequência disso, sua família passou a sofrer ameaças de morte. Levou o fato aos seus superiores e ficou combinado que ele seria transferido para outra cidade. Vendeu, então, a casa, os filhos mudaram de escola, a esposa deixou o trabalho, porém, ele não foi transferido.

Gabriel percebe que a sua vida familiar e particular sofre as influências do trabalho: primeiro sofreu ameaças de morte e, depois, o distanciamento da família. Contudo, a instituição, na figura do seu comandante, não se preocupa com o subalterno, tratando com descaso a sua situação. Conseqüentemente, o pacto das relações hierárquicas é abalado:

Falam que a transferência será publicada daqui três dias no Diário Oficial, espero... Quando vou ver, nada de publicação e eles me dão uma desculpa esfarrapada qualquer. Não posso aceitar esta situação, ser tratado como criança. Entrei no gabinete do superior e falei tudo que estava engasgado. Agora, estou aqui fazendo o programa.

Gabriel sente-se coagido diante dos poderes que a corporação exerce sobre a sua vida e, também, injustiçado, tendo em vista que há uma expectativa de que o comando se estabeleça a partir de relações de igualdade:

Aqui é assim, se você segue o trâmite legal para conseguir um direito seu, as pessoas lhe passam para trás. Tem preferência e privilégio os "puxa-sacos". Acontece que eu não sou assim.

Conforme foi abordado por Freud em **Psicologia de Grupo e Análise do Ego** (1920-1922):

(...) por mais diferentes que ambos possam ser em outros aspectos, prevalece a mesma ilusão de que há um cabeça – Na Igreja Católica, Cristo; num exército, o comandante-chefe – que

ama todos os indivíduos do grupo com um amor igual. Tudo depende dessa ilusão; se ela tivesse de ser abandonada, então tanto a Igreja como o Exército se dissolveriam, até onde a força externa lhes permitisse fazê-lo (...) O comandante-chefe é um pai que ama todos os soldados igualmente e, por essa razão, eles são camaradas entre si. (FREUD, 1920-1922, vol. XVIII, 1996, p.106).

A negligência do comandante em relação aos problemas de Gabriel aumentou o seu campo de consciência a respeito das contradições que a instituição traz nas entrelinhas e o levou a incriminar um responsável hierárquico desestabilizando, assim, as relações de poder. Por este motivo, Gabriel foi encaminhado ao Programa pelo seu comandante, visto que o Programa apresenta vários objetivos, dentre eles, a adequação aos padrões doutrinários e fortalecimento da disciplina e hierarquia. Isso corresponde ao que Freud chamou de “*força externa*” a fim de impedir a desagregação do grupo.

O entrevistado relata que os testes psicológicos indicaram “alteração emocional” e por este motivo ele foi encaminhado ao programa, portanto, Gabriel consegue estabelecer uma relação entre o programa e os seus objetivos disciplinadores, contudo, a compreensão vem carregada de impotência porque ressalta a idéia preconcebida de que o soldado deve incorporar a ideologia, assumir o seu papel e cumprir às ordens. Portanto, não há espaço para a sua espontaneidade, suas reflexões, sua ira, suas paixões, porque ele está sujeito às penalidades que aos poucos moldam comportamentos e uniformizam as diferenças, reduzindo-os a situação de robôs, sem arruinar totalmente a sua condição humana.

As entrevistas apontaram uma relação de dependência dos indivíduos para com a instituição, que é definida por modos arraigados de funcionamento. Os policiais buscam na instituição uma satisfação para suas necessidades mais arcaicas e esta busca de satisfação influenciou no processo de escolha profissional destes indivíduos.

Nas relações de trabalho, os policiais se deparam com contradições, visto que a instituição oferece vantagens simbólicas e restrições quanto à manifestação da sua individualidade. As contradições se reproduzem em outros aspectos do ofício de polícia: ora socorre, ora comete homicídio. É policial e é militar, agente de dominação e dominado. Está no limiar entre a vida e a morte, entre a saúde e a doença, entre a ordem do mundo burocratizado e a desordem do caos social. O policial vive os paradoxos e as verdades são escondidas por mecanismos defensivos, que possibilitam a sua sobrevivência na instituição e, esta permanência lhe garante o ganha-pão e a identificação com um grupo social, porém, marcam de forma indelével a sua subjetividade e as suas relações sociais e afetivas.

A repressão pulsional camufla, por meio da impassibilidade e imponência militar, um homem que sofre e sonha. Entretanto, quando tem o reconhecimento social e institucional este mesmo homem entra em contato com o seu desejo e sente prazer em ser policial.

### **Síntese Conclusiva**

A análise dos impactos dos aspectos institucionais e organizacionais do trabalho sobre a subjetividade dos policiais militares, com a finalidade de compreender as relações entre o trabalho e o sofrimento psíquico, foi o principal objetivo desta pesquisa.

Através dos dados obtidos e da análise das entrevistas através do referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho, concluímos que os policiais tendem a desenvolver, nas suas relações de trabalho, o sofrimento psíquico que não possibilita a boa manutenção da saúde mental, denominado por Dejours (1996) como Sofrimento Patogênico. Este fato tem sua origem nas particularidades da profissão, as quais são importantes para a compreensão do tema.

Ao ingressar na carreira policial, a vida do indivíduo passa a ser marcada pela proibição e pelo excesso da burocracia, em conseqüência da ideologia militar que ele deverá interiorizar em detrimento dos seus próprios princípios. Em face ao histórico sobre a Polícia Militar, constatamos que se trata de uma instituição que exerce funções nitidamente militares e tipicamente policiais, carregando consigo esta ambigüidade e, sobretudo, a herança marcada pela forte ideologia do militarismo calcada na hierarquia, disciplina, armamento e uniforme. Todavia espera-se que a atuação da polícia seja sutil, isto é, que o policial não seja excessivamente militar no trato com o público, distinguindo-se das Forças Armadas quanto a lógica na sua inserção social e a identificação com o aparelho do Estado.

A função tipicamente policial é marcada por todos os tipos de emergência e intervenções na vida social e, muitas vezes, o policial depara-se com crimes graves e outras vezes, com problemas complexos e sérios para os quais não possui a habilidade e o conhecimento necessário, uma vez que não são problemas da alçada policial. A população submete ao controle do Estado as situações que ela própria perdeu o controle e o policial, largado à própria sorte, busca soluções para as questões menos apropriadas a sua função, visto que incorporou o ideal da auto-suficiência, decorrente da sua formação militar. Há, ainda, a expectativa social de que a polícia militar responda à todas as necessidades e exigências sociais encaminhadas ao serviço de atendimento ao público - o conhecido serviço 190.

Portanto, são duas correntes ideológicas que perpassam a atual Polícia Militar. A corrente militarista possibilita que a atuação repressiva se mantenha como força policial no confronto com os movimentos que indicam conflitos de classes, como, por exemplo, em relação ao Movimento Sem Terra, Grevistas e outros. Esta corrente militarista também perpassa às posições internas da própria instituição no tratamento dos seus membros. A outra corrente representa uma tentativa de infundir o respeito e ganhar a confiança da população, sem inspirar o temor, através da manutenção informal da paz, reduzindo o distanciamento entre a polícia e a comunidade, que configura as novas formas de atuação da polícia militar – a Polícia Comunitária. Entretanto, a ótica militarista ainda molda seus padrões institucionais e a corporação se manteve essencialmente militar – reserva do Exército.

Já foi bastante enfatizado o papel das ideologias na concepção de como deve ser e funcionar a instituição, bem como na identificação do grupo instituído com a ideologia do Estado, determinando a auto-imagem do policial. Essa determinação da auto-imagem chegou a ponto do policial, originariamente civil, negar a sua subjetividade para obter o reconhecimento institucional e isso autoriza às incoerências que se realizam no exercício das suas funções, como, por exemplo, coibir manifestações populares que talvez ele aprove; visto que numa sociedade de classes, o policial representa o agente de dominação e também é dominado, pois pertence às classes populares. Logo o policial é submetido às ações que subjetivamente desaprova, mas obedece devido aos princípios de subordinação e eficiência que norteiam a instituição, a qual atua de forma coercitiva sobre os seus membros através dos vários papéis instituídos dentro da hierarquia.

Deste modo, configura-se o papel do policial e como este papel deve ser executado, especialmente, o que se espera que ele faça ou não é notado pelos outros membros do grupo, pelo fato do seu comportamento estar adequado ou inadequado àquilo que é institucionalmente prescrito, denotando a influência do grupo sobre o indivíduo isolado, com o fim de manutenção da coesão grupal. O Regulamento Disciplinar representa o documento doutrinário e normativo desta configuração institucional -proveniente da formação social brasileira agrária e escravista - e é o que determina os modos de atuação rigidamente prescritos.

A organização prescrita do trabalho impõe rigorosos limites à expressão da subjetividade e singularidade do policial, visto que este está sujeito às sanções disciplinares, que representam um sofrimento causado pela submissão e ameaça,

uma vez que a punição implica em perder a dignidade e comprometer o seu reconhecimento como profissional diante dos seus pares, pois ser punido equivale à traição dos ideais e dos valores institucionais. Conseqüentemente, as relações intersubjetivas dentro e fora do quartel são permeadas pelo medo e pelo receio do erro, devido às repercussões que isso acarreta na sua vida.

Além do rigor disciplinar, o ofício de polícia submete o indivíduo à condições perigosas, que colocam em risco a sua integridade física e podem ocasionar a sua morte ou a morte de outrem, pois é previsto que durante a sua carreira surja a necessidade de utilização da força física para contenção de alguém, o uso de arma de fogo contra o combatido, a condução de veículos em alta velocidade na perseguição do infrator. Enfim, são funções que apresentam uma dimensão de obrigatoriedade e uma dimensão utilitarista, isto é, o emprego de certa medida de violência é justificado no contexto do perigo coletivo, imprimindo em suas ações uma relação entre a violência e a sublimação. Desde que suas ações estejam livres de qualquer excitação ou prazer, são legitimadas pelo poder de polícia conferido pelo Estado e justificadas pelos discursos ideológicos, os quais são reproduzidos como velhos chavões por toda a hierarquia militar, a fim de outorgar ao policial o reconhecimento e a possibilidade do estabelecimento da sublimação, protegendo-o da realidade destes acontecimentos, os quais impõem uma reflexão ética contundente à respeito do seu papel social e político.

Estas circunstâncias desencadeiam o medo, que é uma conseqüência dos aspectos concretos da realidade, já que o policial assume os riscos relacionados à integridade física e, sobretudo, o risco potencial da sua autonomia subjetiva e moral, razão pela qual a instituição representa para o indivíduo uma ameaça

contra si, da mesma forma que os demais perigos inerentes à profissão e independentes da sua vontade. O medo equivale a um sofrimento psíquico decorrente destes paradoxos e ambigüidades que representam o ofício de polícia. Entretanto, o medo, o sofrimento e a fragilidade não se coadunam com o trabalho policial e, diante disso, os indivíduos desenvolvem mecanismos defensivos que mascaram a vivência subjetiva, mas possibilitam a sua sobrevivência na instituição.

Um dos mecanismos defensivos encontrados nesta pesquisa foi a banalização ou desprezo em relação aos perigos enfrentados na situação de trabalho, expressos como uma fachada que reprime a ansiedade, de modo que não encontra-se traços de medo no discurso do policial. A eficácia simbólica deste mecanismo, que equivale a uma tentativa de dominação do perigo, é devida ao seu caráter coletivo. Também encontramos entre as estratégias defensivas a presença da racionalização, representada pelos chavões e discursos que se repetem na instituição. Conforme já foi abordado, trata-se de uma justificação imprescindível de uso coletivo para uma experiência ou comportamento, que de outra forma poderiam ser tomadas como condenáveis sob o ponto de vista ético.

Contudo, a repressão pulsional abordada por Dejours (1996), foi o mecanismo defensivo que mais se destacou pela repercussão social que ele apresenta, visto que diante dos modos rigidamente prescritos pelo Regulamento Disciplinar, pelo controle da hierarquia, pela padronização de condutas e pela pressão exercida pelo próprio grupo, dificilmente o indivíduo resistiria ao sofrimento sem recorrer a repressão psíquica a fim de conter a sua espontaneidade e a livre manifestação das suas emoções e pensamentos.



Neste caso, ocorre uma clivagem entre o corpo e o pensamento, de forma que o indivíduo adquire feições de um robô submetido à vontade exterior e capturado pela mortificação dos seus desejos. Conseqüentemente, afasta-se do mundo civil e outros policiais predominam seu círculo de amizades e o seu espaço fica restrito entre casa e trabalho, espaços em que prevalecem as relações marcadas pelo militarismo, o qual propaga-se, impregnando a vida dos sujeitos em todas as suas esferas.

Não obstante, o policial exerce outras atividades remuneradas sacrificando horas de lazer e de folga, isso atende às suas necessidade econômicas devido aos baixos salários e, também, mantém sua atividade psíquica sob controle, atuando como policial de forma ininterrupta. O cansaço e a fadiga contribuem para a clivagem do corpo/ pensamento e para o aparecimento de doenças ou agravamento de doenças pré-existentes.

As pessoas que estão próximas deste policial sofrem as conseqüências da repressão pulsional, visto que o indivíduo se torna pouco inclinado às relações afetivas e teme às solicitações que poderiam desestabilizar a sua repressão, daí o seu perfil de impassibilidade diante da vida, mas que na verdade esconde um homem que está sofrendo. Este fenômeno pode ser a causa dos descasamentos, do uso do álcool a fim de mitigar tensões internas e das manifestações de violência que podem ter como alvo o seu próprio corpo (suicídio), quando na verdade elas pretendem atingir o inatingível, a instituição.

Entretanto é nas ruas, diante das situações complicadas e não planejadas, que o policial age com desenvoltura e criatividade, vislumbrando a sua inscrição desejante e as satisfações simbólicas na esfera do trabalho, visto que por um

breve momento, e no desenrolar destas situações, o policial encontra uma brecha para a descarga da sua energia pulsional porque, finalmente, pode gerir o trabalho conforme a sua economia psicossomática. Daí a importância do reconhecimento social, assinalada pelos entrevistados, uma vez que diante de um agradecimento ou elogios, os policiais encontram um sentido para os seus esforços, angústias e decepções, especialmente, porque a identidade se fortalece:

E isso se traduz afetivamente por um sentimento de alívio, de prazer, às vezes de leveza d' alma ou até de elevação. O trabalho se inscreve então na dinâmica da realização do ego. A identidade constitui a armadura da saúde mental. (DEJOURS, 2000, p.34).

É importante ressaltar que atualmente o efetivo da polícia militar não é mais lançado nas ruas como foi outrora, na época do Império. Hoje o ingresso na carreira policial obedece a uma livre escolha determinada por aspectos sociais e econômicos, pela idealização da profissão ou em razão de uma identificação com alguém importante que seguiu a mesma carreira. Entretanto, não podemos deixar de enfatizar a importância que a instituição desempenha na vida dos indivíduos enquanto lugar de reconhecimento como sujeito atuante de um grupo social, bem como, lugar que corresponde aos seus desejos.

Quando o indivíduo ingressa na carreira policial oferece seu corpo ao funcionamento perverso desempenhado pela instituição, a qual lhe proporciona certa medida de proteção ao seu desamparo, insuficiência e finitude. A instituição e seus modos de funcionamento não admitem qualquer diferença, portanto a instituição funciona como agenciadora da pobreza erótica e simbólica, contribuindo para a homogeneidade e funcionamento masoquista dos seus membros. A ideologia representa o símbolo fálico e alimenta nos sujeitos a ilusão

de suficiência absoluta, minando o sujeito e tornando-o imóvel do ponto de vista do desejo.

Enquanto grupo, os sujeitos potencializam procedimentos de aniquilamento diante de qualquer sinal de diferença, a fim de preservar a onipotência do grupo e da instituição, visto que a diferença é o confronto com o desamparo e feminilidade. Somente o desapego das idealizações fálicas e o confronto com o desamparo colocam em movimento o desejo e permitem à constituição de uma subjetividade singular, uma vez que o desamparo consiste nas pressões exercidas pelo impacto pulsional que exige um trabalho constante de simbolização, lançando o sujeito nas relações intersubjetivas de alteridade e possibilitando a inscrição da dimensão desejante. Neste contexto, cabe ressaltar o objetivo da Psicodinâmica do Trabalho que consiste na possibilidade de criação de um espaço público para a palavra do trabalhador, a fim de que os processos geradores do seu sofrimento não sejam encarados por ele como consequência do seu fracasso pessoal, mas que se tornem inteligíveis a ponto de subverter o sofrimento dando-lhe um encaminhamento criativo.

## Bibliografia

BIRMAN, J. **Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estilo e modernidade em psicanálise**. São Paulo: Ed.34, 1997.

\_\_\_\_\_. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 (Série Polícia e Sociedade; nº 8/ Organização: Nancy Cardia).

BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevista e grupos**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CARLI, S. A. **A unificação das polícias civil e militar e sua adequada constitucionalização**. Dissertação de mestrado (Teoria do Direito e do Estado). Marília: Fundação de Ensino "Eurípedes Soares da Rocha", 2002.

CHAUI, M. de S. **O que é ideologia**. 5ºed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

DEJOURS, C. **Por um novo conceito de saúde**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, nº54, vol. 14, p. 7- 11, maio/junho 1986.

\_\_\_\_\_. **A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Oboré Editorial, 1987.

\_\_\_\_\_. **Por um trabalho, fator de equilíbrio**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, p. 98-102, maio/junho 1993.

\_\_\_\_\_. , ABDOUCHELI, E., JAYET, C. **A psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**; Coordenação Maria Irene Stocco Betiol. São Paulo: Atlas, 1994.

\_\_\_\_\_. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J.F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. 3º ed. v. 01. São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_., **A banalização da injustiça social**. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FERNANDES, H. R. **Política e segurança**. São Paulo:Alfa-Omega, Ed.Sociologia e Política, 1973.

FIGUEIREDO, L. C. M. **A Invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500 – 1900)**. 5º ed. São Paulo: Edu: Escuta, 2002.

FREUD, S. **Totem e Tabu e outros trabalhos (1913 – 1914)**. In: Obras Completas, Volume XII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920 – 1922)**. In: Obras Completas, Volume XVIII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. **O futuro de uma ilusão, mal estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. In: Obras Completas, Volume XXI, Rio de Janeiro: Imago Editora: 1996.

LAPLANCHE, J, PONTALIS, J. **Vocabulário da psicanálise**. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

**Legislação organizacional e social da Polícia Militar.** Apostila do Curso de Formação de Soldados. Marília: 2004.

MARTELATO, C. A. **A história da Polícia Militar.** Apostila do Curso de Formação de Soldados. Marília: 2004.

PAGÈS, M. **O poder das organizações.** São Paulo: Atlas, 1987.

PAIVA CRUZ, S. G. F. **Herói ou Bandido? Estudo sobre a produção de identidade em Policiais Militares.** Dissertação de Mestrado – (Psicologia Social) São Paulo: PUC, 1989.

PELLEGRINO, H. Pacto edípico e pacto social. In: PY, L.A. *et al.* **Grupo sobre grupo.** Rio de Janeiro: Roco, 1987.

**Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo** (lei complementar nº893, de 09 de março de 2001).

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A ordem pública e o ofício de polícia: a impunidade na sociedade brasileira. In: **Psicanálise e colonização: leituras do sistema social no Brasil**; coordenação Edson Souza, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

Centro de Processamento de Dados da Polícia Militar do Estado de São Paulo: **Polícia Militar do Estado de São Paulo.** [online]. Disponível na internet via [www.polmil.sp.gov.br](http://www.polmil.sp.gov.br)

# Anexo

## **Anexo 1**



## Entrevistas

### João

Meus avôs eram militares e o meu pai é oficial. Sempre há uma identificação com as pessoas importantes da nossa história. Tive a possibilidade de estudar fora do país, mas quis seguir a carreira militar. Na Academia foi muito puxado, principalmente para quem vem de outras cidades e fica longe da família. Na Academia forma-se vínculos importantes, parecem membros da mesma família. Contudo, também há rivalidade, pois os melhores classificados têm a chance de escolher onde querem trabalhar e isso influencia a carreira toda. Lá aprendi muitas coisas, mas é com a tropa e vivendo as situações cotidianas que surgem os maiores aprendizados. Na tropa lidamos com gente de todas as idades e muitas pessoas com idade para ser o seu pai. Temos contato com pessoas que têm muitos anos de experiência e isso é muito bom, mas, o lugar de comando que a gente ocupa tem que ser legitimado e isso leva algum tempo. A tropa precisa sentir confiança no oficial, perceber a sua competência técnica e isso só vai acontecendo com o tempo. Ir para as ruas e enfrentar os perigos é visto como uma coisa normal, para a qual o policial foi preparado. O reconhecimento é a maior gratificação do trabalho. Desde um simples obrigado por ter fornecido uma informação correta até um agradecimento por ter salvado uma vida. Há situações que isso não acontece, o policial faz um serviço bem feito, corre um risco, mas a vítima mal olha no rosto do policial. Isso é ruim, pode chegar a despertar até uma ira. Mas é a nossa função, não podemos depender disso para trabalhar. Um comandante não pode desanimar, reclamar da vida, tem que manter o entusiasmo

e seguir a diante. Talvez o papel do policial esteja estereotipado e sofra os resquícios de um período histórico.

### **Pedro**

Não tenho policial na família. Pelo contrário, os meus pais não gostavam de polícia. Sou filho único. Trabalhava num setor de compras de uma firma, mas não estava gostando muito. Um dia estava passando pela Av. Tiradentes e resolvi me inscrever no concurso. Naquele tempo parecia que havia mais oferta do que procura. As coisas no país estavam indo bem e as pessoas não queriam trabalhar para o Estado. Naquela época a polícia era Estado e hoje, mudou a visão, é Empresa. Acho difícil ver a polícia como empresa. Foi uma mudança de 360°. Veja algumas fitas com as entrevistas do Secretário de Segurança Pública, Erasmo Dias, você vai entender esta transformação. Ganhamos algumas coisas com esta mudança, mas também perdemos muito. Agora falam em depurar a polícia, não querem que a gente passe a nossa ideologia para os novos policiais. Preferem que a gente faça o serviço administrativo. Mas tem gente que não gosta disso. Meu lugar é na rua. Acho que estou perdendo tempo aqui. É bom conversar, ficar com os colegas, mas poderia estar nas ruas. “O policial é um caçador em companhia dos colegas, na sua nave em busca da ordem”. Mas hoje está difícil trabalhar, não temos mais dispensa recompensa, não temos o reconhecimento pelo trabalho bem feito, uma ocorrência simples pode ter um desdobramento e nos expor muito, ainda mais agora, que os nossos casos estão sendo avaliados pela Justiça Comum. São pessoas que não têm a competência técnica, não sabem o que é estar no lugar do policial. Tem gente que não gosta de polícia,

porque tem uma visão distorcida a nosso respeito devido ao contexto histórico. Agora passou, vivemos outra época. Muitas vezes a palavra de um “vagabundo” tem mais valor que a nossa. Ainda pega um Promotor que tem o dom da oratória, já junta o regulamento que é rígido e não admite erros... Mas o bom policial não quer saber, está na rua para trabalhar, faz o que tem que fazer, mesmo que isso implique em colocar em risco a própria vida ou a vida do infrator. É claro que ninguém quer isso, mas no calor dos acontecimentos ninguém sabe o que pode acontecer. Eu mesmo já fui baleado duas vezes. Mas não importa tudo isso, se o salário não é bom... A maioria dos policiais faz “bico” e isso também é uma causa de desgaste, faltam horas para lazer com a família e até mesmo para dormir. Todos nós queremos dar condições melhores para nossas famílias, porém isso abala os relacionamentos. É muito comum o divórcio entre os policiais. Alguns se perdem em dívidas, partem para o alcoolismo e outros podem chegar ao suicídio. Mesmo assim, há um amor pela farda, pela unidade que trabalhamos, um laço entre os colegas e isso é muito gratificante. Integrar um grupo, fazer parte da instituição. Claro, tem “laranjas podres” e por isso gostaria que a seleção fosse mais rigorosa. Não cabe a nós, mas policiamos uns aos outros. Quem é bom policial não gosta de coisa errada e quem quer continuar fazendo parte tem que seguir a doutrina. Não são admitidos erros de nenhuma ordem, para ser aceito no grupo tem que ser assim. Porque um depende do outro, a sua vida muitas vezes depende da atenção do seu parceiro.

**Batista**

Meu pai me deu estudo. Fiz Senai e poderia estar bem por aí, mas quis ser policial. Para ter uma idéia, a minha mãe já foi conhecida como “freguesa do Posto de Saúde” de tanto que aprontei na infância. Na família não há policial, mas eu sempre tive esta vontade. Era como ser um herói, tem a ver com isso. Ficar do lado do bem. Um dia fui com um colega fazer a inscrição no concurso e assim cheguei aqui. O curso de formação foi muito bom, mas é trabalhando que a gente aprende a ser policial. A doutrina, a farda, o regulamento, tudo isso transforma o homem. Muda a postura, muda a visão de mundo, muda tudo. Para ter uma idéia, no álbum de foto do meu casamento não tem nenhuma foto minha sorrindo. Incrível, não é?! Mas a Polícia muda a gente. Lá onde trabalhamos, o pessoal é unido e pelo menos uma vez por semana a gente sai para jogar futebol, fazer churrasco, qualquer coisa para esquecer a polícia, tentamos separar um pouco. Mas, há dias que é difícil. Chego em casa e já aviso minha esposa que não estou bem, não quero ver e nem conversar com ninguém. Prefiro fechar a janela e dormir. Já tem os “bicos” que não são fáceis, trabalhamos nas folgas e o trabalho por si só já é desgastante. Trabalho noturno, não tem feriado ou final de semana. Ficamos sentados numa viatura com um rádio na cabeça e lá a gente não ouve nada de bom. É só problema. De repente, você está envolvido com tudo. De manhã, por exemplo, temos a preleção, nos reunimos numa sala de aula e conversamos sobre o que será feito. Ali ainda estou tranqüilo, os colegas conversam, são muito comuns as brincadeiras entre nós. Mas depois que você está numa viatura tudo pode acontecer. Por exemplo, não teria condições de conversar com você no final de um dia de trabalho. E assim, quando saio para

trabalhar beijo a minha esposa, meus filhos, não sei se volto, se aquele será o último beijo. E a minha esposa tem consciência disso. Sou assim, gosto das coisas certas, não gosto de briga, falo pouco. Mas, se tiver que deter alguém ou tiver que trocar tiros farei isso. Porque esta é a minha função, fui treinado para isso e de preferência continuar vivo. Temos um lema: "quem não vive para servir, não serve para viver". Isso significa que tem gente que não merece viver. Não pretendo fazer justiça com as minhas mãos, mas em razão do meu trabalho isso pode acontecer. Por exemplo, se um homem lhe pega à força e a leva no mato, ele merecer ficar livre, solto por aí? Agora por exemplo, estou no Programa, está sendo bom. A gente está aí, com os colegas, conversa, tudo bem... mas dá uma sensação de inutilidade, poderia estar na rua trabalhando. Mas se o teste indicou que eu preciso ficar aqui, eu fico. Para mim, a maior gratificação deste trabalho é o serviço bem sucedido. Quando tudo acaba bem. Quando ouço um simples muito obrigado, isso é muito importante para mim.

### **Mario**

Meu pai era microempresário e minha mãe o ajudava. Tenho um tio PM, com o qual converso muito e pelo qual tenho admiração. Não sei bem como fiz esta escolha, quero ser oficial. Já prestei algumas vezes, mas não passei no teste psicológico. Não sei se estes testes são justos. A pessoa vai bem numa prova que não é fácil, FUVEST e fica no teste psicológico. A gente fica se perguntando: será que sou meio louco, o tem de errado comigo? Foi a mesma coisa quando fui encaminhado o Programa, o pessoal fala: "está mal, reprovou no psicológico". Porque estar aqui significa que não foi bem no teste psicológico. Está começando

a doer aqui (coloca a mão no rosto). É o local que bati no acidente. Estou aqui porque me envolvi em acidente com a viatura durante uma ocorrência. Não morri por sorte, mas, o meu amigo ainda está de restrição médica. Fiquei com cicatriz no rosto e um trauma no abdômen. Quem viu a viatura não acredita que sobrevivemos. A princípio foi uma ocorrência aparentemente simples, de perturbação do sossego. Quando chegamos no local, um terreiro de candomblé, encontramos pessoas feridas, caídas no chão, sangue espalhado por toda parte... Em seguida, fomos informados que se tratava de um roubo e passamos a diligenciar atrás dos meliantes. Quando em determinado momento, enquanto patrulhávamos pelo local, localizamos o veículo. Começamos a perseguição seguindo as estratégias que a gente aprende. Solicitamos que o veículo parasse, houve trocas de tiros, tudo isso de forma muito rápida e com os veículos em movimento. Adentramos uma grande avenida em alta velocidade, a viatura capotou várias vezes, fomos lançados para fora do carro. Quando isso aconteceu lembro-me de ter ficado com os olhos fechados com medo que entrasse cacos de vidro na minha vista. Também fiquei preocupado com o meu amigo. Quando o pessoal do apoio chegou e ao perguntarem como eu estava passando, a primeira coisa que veio na minha cabeça foi para eles continuarem o trabalho. Eu só queria que o serviço fosse concluído. De fato, eram criminosos de alta periculosidade e procurados pela Justiça, portavam armamento pesado. Muitas vezes me questiono se vale a pena o risco, porque tenho amor à vida e sentir que ela está por um triz provoca muitos questionamentos. Mas esta é a profissão que escolhi para a minha vida. Não consigo me imaginar fazendo outra coisa. A minha nota de vestibular na FUVEST para a Academia do Barro Branco é alta e eu poderia com

tranqüilidade fazer outra faculdade pública. Mas quero seguir a carreira militar, ser policial me traz muita satisfação, quando uma ocorrência acaba bem. Quando penso que tem um criminoso a menos nas ruas, que contribui com isso sinto-me bem.

### **Tiago**

Faz pouco tempo que sou policial. Sou soldado e escolhi esta profissão por causa do salário e da estabilidade no emprego. Exerci muitas profissões antes de resolver prestar concurso para a polícia. Antes de entrar para a corporação você é uma pessoa e depois se torna outra. No curso de formação a gente aprende muita coisa: noções de direito, ética profissional, defesa pessoal, instrução sobre o uso de arma de fogo, etc. Uma das coisas que me marcou no curso foi uma visita ao Presídio Militar. Qualquer um se sente apavorado diante da possibilidade de ficar preso. Se aqui fora a nossa vida já é pautada pelo rigor disciplinar, lá é mais rigoroso ainda. Parece que aquelas pessoas deixaram de ser pessoas, tornaram-se não sei, parecem robôs de tão rigoroso que é o tratamento deles, para você ter uma idéia eles andam em fila. Um deles fez uma palestra para nós, parecia que os olhos dele estavam mortos. Ele contou como é o sistema no presídio. Nós éramos recrutas entrando em contato com o regulamento disciplinar pela primeira vez. Saímos de lá com medo, porque o regulamento é muito rígido e você pode ser punido por qualquer motivo. Então, aprendi que na polícia tem que ficar atento o tempo todo e saber com quem anda para não ser responsabilizado por coisas que você não fez. Nas ocorrências também tem que ter atenção, porque a sua vida e a vida do seu colega dependem disso. Por isso, os colegas não admitem erros,

atraso, ou que você fale alguma bobagem. Eles “zoam” mesmo ou você fica de “escanteio”, ninguém mais vai querer trabalhar com você. Eu não passei por isso, mas já percebi que é assim que as coisas funcionam. Há também o controle da hierarquia. Quanto a isso, você não pode questionar muito. Tem que cumprir a ordem e pronto, porque se um oficial fica com raiva de você, fica pior ainda. Mas se você souber integrar o grupo, tudo bem. Um policial protege o outro, há uma lealdade grande, como se fosse membros da mesma família. Acho que os riscos fazem parte da profissão, ninguém fica pensando nisso, senão não tem jeito de trabalhar. A gente sabe que tudo pode acontecer na rua, então, temos que estar preparados para isso. Esta é a nossa profissão, temos que enfrentar as situações. Quando ouvimos no rádio que está havendo uma troca de tiros ou uma coisa assim, a nossa reação não é de fuga, pelo contrário, é ir para lá. A gente quer estar lá, ajudando o companheiro na ocorrência. A adrenalina vai para o sangue e nestas horas não pensamos em nada, só queremos resolver o problema. Um bom policial pode ter muitos dissabores na profissão: salário, problemas com o comando, desilusão em relação ao público, mas ele nunca foge de uma situação ou de uma ocorrência. A sociedade não dá muito valor na polícia, isso é ruim. Quando as pessoas não reconhecem o seu trabalho, mesmo que tenha sido bem sucedido, muitas vezes não recebemos sequer uma palavra de agradecimento. O reconhecimento por parte dos nossos superiores também faz falta, dificilmente eles fazem um documento elogiando o nosso trabalho. Acho que isso é importante, motivador. Mas não tem problema, porque a gente trabalha do mesmo jeito. Não sei se ajudei porque sou novo de polícia.



**Maria**

Escolhi esta profissão porque meu pai é policial. Meu pai teve duas filhas e minha irmã é psicóloga. Eu quis seguir a carreira do meu pai. Gosto muito dele e a gente se entende muito bem. Não sei se ele queria que eu fosse policial, acho que ele pensa que o serviço policial não combina comigo: sou magrinha, falo baixo e também sou muito emotiva. Gostava desde criança destas coisas de polícia. Via o meu pai fardado e, às vezes, ele me contava algumas passagens do seu trabalho, ficava encantada. Ele me colocou a par de todos os problemas que envolvem a vida de um policial. Entrei ciente do que iria encontrar. De fato, não tem sido fácil, mas quero ser oficial e seguir a carreira militar. Quero ser oficial para ajudar os policiais subalternos. Tem muito oficial que não sabe o que passamos nas ruas, não dá valor, e muitas vezes, comete injustiças. Quero ser oficial para mudar um pouco isso... Mas não é fácil, porque estou fazendo cursinho a noite, perto de casa, e trabalho em outra cidade. Tenho que pegar três conduções para me deslocar e sempre chego atrasada e cansada nas aulas. Pedi para a minha superiora me liberar um pouco mais cedo, para não perder um dos ônibus e não chegar atrasada no cursinho. Ela não quis saber, policial feminina com ela não tem vez. O tratamento com os homens é bem diferente, ela é mais tolerante e flexível com eles. Pra mim ela disse: “ema, ema, ema cada um com seu problema”. Na hora senti vontade de chorar, mas seria pior mostrar fragilidade. Com superior hierárquico não adianta discutir porque com o nosso regulamento a gente sempre si perdendo. O trabalho em si não é ruim, o problema mesmo é a distância. Não quer deixar a minha casa e o meu noivo, que também é daqui. A minha vida está estruturada aqui, mas trabalho lá. Às vezes chego atrasada no

trabalho, quinze minutos ou coisa assim, por causa do ônibus que atrasa. Não tem perda. Lá tem um lago e eles me jogam na água com farda e tudo, só deixam tirar a arma. Às vezes, está frio e você tem que ficar molhada até a roupa secar no corpo. A bota e a farda demoram a secar. Mas é assim mesmo, é uma forma do policial se manter na linha, porque nenhum erro ou falha pode ser admitido, porque, um depende do outro para viver, por isso funciona desse jeito. Então, penso que não é comigo, mas que poderia ser com qualquer pessoa que chegasse atrasada. Tem que levar um pouco na esportiva, senão é pior. Se virar a cara e ficar nervosa aí que vão pegar no seu pé. Fora isso tudo bem. Trabalho comum parceiro que tem mais experiência e a gente se entende bem. Quando eu tenho alguma atitude que não está de acordo, ele me corrige e me ensina coisas técnicas que a gente só aprende na prática. Estamos com tanta sintonia que só de olhar um para o outro já sabemos qual será a nossa próxima atitude em determinada ocorrência. O risco existe. Fui encaminhada ao programa porque numa troca de tiros, acertamos o infrator. Era a nossa vida ou a dele. Foi ruim atirar em alguém. Mas no momento você não pensa nisso, precisa agir, e às vezes policial precisa fazer o uso da arma de fogo para conter alguém, ou até mesmo para salvar a própria vida ou a do colega. Depois disso, vem uma série de complicações burocráticas para apuração dos fatos, isso também não é fácil de agüentar. Ainda bem que tem este Programa. Tem policial que não gosta, não se sente bem. Mas, eu não vejo como castigo ou punição. É bom sair um pouco das ruas, dar um tempo para colocar a cabeça no lugar.

**Fátima**

Antes de trabalhar na polícia já fui balconista e fiz muitos “bicos” por aí, para obter uma renda para ajudar a minha família, que sempre foi muito pobre. Passar no concurso da polícia significou uma ascensão social na minha vida. Primeiro, porque nunca tinha tido um salário tão bom, mesmo ele sendo defasado do jeito que é, e também porque é uma profissão que tem um certo prestígio. Talvez não seja muito valorizada num nível mais amplo, mas do lugar de onde vim, passar no concurso e ter estabilidade no emprego significa muita coisa. Tenho origem humilde e por isso gosto de ser policial. Quando visto a farda e saio na rua o que eu mais gosto de fazer é ajudar os pobres, os velhos e os desamparados de forma geral. É bom quando alguém recorre à mim, seja para pedir uma informação ou para solicitar auxílio. Sinto-me importante. Por mais simples que seja, por exemplo, mostrar onde fica determinada rua, já me traz satisfação. É disso que mais gosto no meu trabalho. Sempre que posso ajudar as pessoas, eu ajudo. A farda me dá alguma influência neste sentido, alguma autoridade para resolver algumas questões que o cidadão comum não consegue. A parte difícil deste trabalho já devem ter falado para você... são as questões hierárquicas e a disciplina do regime militar. Um oficial, muitas vezes, se pode simplificar a sua vida, ele prefere complicar. Mas a gente tem que aprender conviver com isso. No começo, chegava em casa muito estressada, porque sou uma pessoa muito nervosa e impulsiva. Não podia descarregar as minhas indignações no trabalho, em cima dos oficiais ou dos colegas, o que seria uma transgressão disciplinar, muito menos, em cima da população que não tem nada a ver com os meus problemas, isso também seria uma arbitrariedade. Então,

sobrava para o meu marido, coitado! Ele não entende porque não é policial. Não tem obrigação de entender. Eu não conseguia me desligar do trabalho, ainda mais que faço “bico” de segurança, ficava com estas coisas martelando a minha cabeça. Não tinha sono, o meu único assunto era polícia, fui ficando doente, fumava muito e fui ficando com depressão. Você deve saber muitos policiais se matam, porque junta a depressão mais a disponibilidade da arma de fogo. Não cheguei neste ponto, mas quase que o meu casamento acabou. Também há um grande número de divórcios entre os policiais. As pessoas brincam, dizem que é porque os policiais são “sem vergonha”. Mas isso não é verdade, as separações são em decorrência do trabalho, que causa muita pressão e o policial, sem saber lidar com isso, leva os problemas para a sua casa. Isso dá uma sensação muito ruim, gera um sentimento de fracasso diante dos aspectos particulares da sua vida. Parece que você só existe para ser policial. Agora, converso com o meu marido, a gente se entendeu. Esta é a parte da polícia que acho mais difícil, aprender a suportar as pressões. O policial não tem horário para voltar para casa, hora para se alimentar e dia para trabalhar. Já passei do meu horário tantas vezes, porque quando a gente pega uma ocorrência enrolada, demora mesmo, ainda tem que apresentar os fatos na Delegacia. Já cheguei a ficar 24 horas no ar resolvendo a mesma ocorrência. Por isso que a gente não se alimenta quando tem fome, mas na hora que sobre um tempo, nunca se sabe o que vai ter pela frente. Assim é a vida de um policial.

**Gabriel**

Estou no Programa por uma razão muito simples, não estou enquadrado no sistema. Aqui é assim, quem não se enquadra, isto é, quem não tem disciplina acaba sofrendo alguma punição, é a famosa “alteração emocional”. Acontece que eu não tenho sangue de barata e o meu limite foi ultrapassado faz tempo. Vou falar o que penso seja para quem for porque estou com a razão. Podem me punir, fazer anotações na minha ficha... mas não vou ficar quieto, e eu tenho convicção de que sou um excelente profissional e nada disso abala a minha certeza. Aqui é assim, se você segue o trâmite legal para conseguir um direito seu, as pessoas lhe passam para trás. Tem preferência e privilégio os “puxa-sacos”. Acontece que eu não sou assim. Então, tem que bancar o louco... e realmente estas coisas deixam a gente meio desequilibrado. Não sei o que deu nestes testes psicológicos, o porquê de me encaminharem ao programa. Mas eu sei que isso também tem um objetivo disciplinador. Então, vou fazer este programa quantas vezes for preciso, porque não é justo o que fizeram comigo. Participei de uma ocorrência envolvendo apreensão de entorpecente e indivíduos de alta periculosidade. Por infortúnio do destino, estas pessoas moravam perto da minha casa e eles descobriram o meu endereço. A minha esposa e filhos passaram a sofrer ameaças de morte. A minha vida ficou insustentável, porque a minha família é tudo que tenho. Não posso aceitar esta situação, porque eu fui preparado para enfrentar estas coisas, mas a minha família, não. Faço tudo por eles, não vejo a hora de chegar em casa, os melhores momentos da minha vida são quando estou com a família. Não vou dizer que não tem problemas, como qualquer outra, ela tem problemas. Mas, é o meu porto seguro, as pessoas que se preocupam comigo

e cuidam de mim. Os meus superiores ficaram sabendo dos acontecimentos e se firmou um acordo de que eu seria transferido para determinada região. Vendi a minha casa, a minha esposa que é professora largou as aulas e os filhos foram transferidos de escola. Agora estou ficando no quartel e eles estão simplesmente me enrolando. Falam que a transferência será publicada daqui três dias no Diário Oficial, espero... Quando vou ver, nada de publicação e eles me dão uma desculpa esfarrapada qualquer! Não posso aceitar esta situação, ser tratado como criança. Entrei no gabinete do superior e falei tudo que estava engasgado. Agora, estou aqui fazendo este programa. Estou viajando todo dia, gastando um dinheiro que não tenho, indo dormir tarde e acordando de madrugada, longe da minha família, não sei se assim vou encontrar equilíbrio emocional. Fora isso, é bom ser policial, principalmente quando você trabalha com um parceiro que pode confiar. Acho que o melhor nesta profissão é fazer o bem para as pessoas, isso é muito gratificante.